



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

## **Educação do Campo: trajetórias individuais na coletividade**

**Maria Hermana Rila**

**Brasília, Julho de 2011.**

## **Educação do Campo: trajetórias individuais na coletividade**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Professora Dra. Helana Célia Abreu Freitas.

Comissão Examinadora:

---

Profª Drª Helana Célia Abreu Freitas (Orientadora)  
Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília

---

Profª Drª Claudia Valéria de Assis Dansa  
Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília

---

Profº Drº Ricardo Toledo Neder  
Faculdade de Planaltina/ Universidade de Brasília

Brasília, Julho de 2011.

## Sumário

Resumo.....	4
Memorial Educativo.....	5
Introdução.....	14
Capítulo 1 – Histórico da Luta pela Terra e pela Educação.....	18
1.1 - A questão da terra: da colônia à atualidade.....	18
1.2 - O surgimento da Educação do Campo.....	27
Capítulo 2 – As individualidades na Coletividade.....	32
2.1 – A Individualização na Sociedade de Risco.....	34
2.2 – Individualização como fenômeno social e subpolítica.....	38
2.3 – A Determinação dos Espaços sem Violência.....	45
2.4 – O percurso metodológico.....	48
Capítulo 3 – Sujeitos do Campo: As relações entre o individual e o Coletivo.....	51
3.1 – Sujeitos do Campo: As relações entre o individual e o coletivo.....	51
3.2 – O vínculo com movimentos sociais.....	54
3.3 – A relação com o coletivo.....	58
Considerações Finais.....	66
Perspectivas de Futuro.....	70
Referências Bibliográficas.....	71
Anexo I.....	72

## Resumo

Esta monografia procura investigar as relações entre individualidade e coletividade na Educação do Campo. A valorização da coletividade pelos movimentos sociais ligados aos povos do campo, associada à necessidade imposta pelas difíceis condições de vida nas áreas rurais, promove entre os sujeitos do campo um nível de coletivização elevado. No entanto, isso ocorre em um contexto histórico marcado pela crescente individualização, conforme atesta a Sociologia contemporânea.

As vozes do campo, na forma de entrevistas, chamadas a ilustrar suas realidades aqui, dialogaram com o referencial teórico da modernidade reflexiva. Os efeitos das mudanças recentes na estrutura familiar, no papel social destinado à mulher, na relação com o conhecimento e com as tradições, podem ser percebidos no campo também.

Os sujeitos entrevistados demonstram, predominantemente, que as relações de coletividade que eles desejam estabelecer incluem o respeito às individualidades. A expectativa é por uma coletividade baseada na solidariedade, na afinidade e na afetividade. O desencantamento com a política tem abalado a relação com os movimentos sociais, estimulando o estabelecimento de outras conexões mais satisfatórias. Mas essas novas conexões não parecem ter sido percebidas ainda como a possibilidade de uma forma inovadora de fazer política, como sugerem Beck e Giddens.

Talvez caiba aos movimentos sociais modernos estabelecer uma relação dialógica e estimulante com os militantes, considerando suas individualidades. A coletividade, necessária à amplificação das demandas sociais, tende a ganhar complexidade e, portanto, consistência, dialogar com as particularidades e expectativas individuais.

Palavras-chaves: Alta Modernidade, Conflito, Globalização, Micropolítica, Movimentos Sociais, Modernidade Reflexiva, Sujeitos do Campo, Reforma Agrária, Violência.

## Memorial Educativo

Ingressar na Faculdade de Educação me trouxe lembranças, perguntas e novas percepções sobre minha vida escolar. Ler sobre a infância, sobre a realidade escolar, sobre os processos de ensino-aprendizagem, reaviva o ponto de partida que é a experiência individual sobre esses assuntos. Além disso, faz parte da proposta educativa desta faculdade recuperar a memória de cada um. Somos informados da importância desse registro desde o primeiro semestre, que é estímulo ao resgate da nossa formação, ao entendimento do impacto da vivência escolar e não escolar na formação da pessoa que viemos a ser – e do profissional que nos tornaremos.

A pessoa que em cada um se constituiu, valores, crenças, expectativas é chamada à auto-reflexão na Faculdade de Educação. Sem esse tipo de conhecimento a respeito dos próprios limites e anseios, como lidar com o outro de maneira a estimular sua autonomia? Aprendi que sem o hábito desse tipo de reflexão, o objetivo de promover a autonomia – própria e dos outros - é difícil de alcançar.

Sou filha de um casal que se conheceu na aldeia hippie formada em Arembepe na Bahia. A mãe morava lá, onde aprendeu uma série de atividades artesanais que punha em prática em casa – as cadeiras, as roupas, o berço. Mesmo mãe de família ela fazia muitas coisas lindas com couro, lã, barbantes, cordas. O pai apareceu na aldeia em busca do irmão mais novo, que saiu pelo país em uma viagem sem rumo ou aprovação da mãe. O pai foi do Partido Comunista, nunca perdeu o gosto por um discurso, pela voz empostada, mesmo que na sala de casa. Diferentes demais os dois, apesar de ambos, naquela época, sonharem com um mundo comunal, cada um ao seu modo. Cruzaram-se em Arembepe e tiveram duas filhas, Mariana e eu.

Minha vida de estudante começou aos dois anos, na escola Criarte, em Pinheiros, bairro da cidade de São Paulo. Parte da experiência nessa escola é retratada por Madalena Freire no livro *Paixão de Conhecer o Mundo* (Paz e Terra, 1983). Na introdução do livro ela define a visão de educação como práti-

ca que deve perceber o ser humano integralmente: “É que, se a prática educativa tem a criança como um dos seus sujeitos, construindo seu processo de conhecimento, não há dicotomia entre o cognitivo e o afetivo, e sim uma relação dinâmica, prazerosa de conhecer o mundo.”

Esse ambiente afetivo e cognitivo acontecia na Criarte. Lembro de um canário na sala do pré, de um dia em que cozinhamos receitas na cozinha, de uma sala com muitas almofadas, da pequena piscina, dos amigos Maíra, Pedro e Tatiana. Do professor Zeca, que chegava de moto e era casado com uma professora de quem, sugestivamente, não lembro o nome. Lembro da areia, de árvores, e de gostar de ir pra escola.

Mudança de bairro, numa grande cidade, pode representar mudança de escola. Do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental, estudei na Escola Chácara Crescer. Na segunda semana de aula houve a primeira votação da qual participei. Eram as regras da escola, que estavam sendo estabelecidas segundo a determinação da maioria dos votantes, em um país que no mesmo ano recuperava o direito de eleger seus governantes. Toda a comunidade escolar – estudantes, professores, a merendeira Naná, a bibliotecária e mãe de alunos Denise, a diretora e mãe de professores Thereza - reunida em frente ao refeitório, ouvindo o professor de matemática Paco enunciar as opções. Durante o episódio só entendi que todos deveriam levantar a mão ou não de acordo com sua concordância sobre o que estava sendo proposto. Em parte pela excitação, em parte por desconhecimento, eu não sabia me posicionar. Entretanto, participar daquilo me pareceu indispensável. Por isso, me posicionei de modo a poder observar minha irmã mais velha, Mariana, e repetir seus gestos.

No Crescer a liberdade e o estímulo à autonomia, assim como a diversidade de atividades e quantidade de árvores, de animais passeando pela escola eram radicais. A integração entre cognitivo e afetivo também se fazia presente nessa escola, onde as turmas não ultrapassavam quinze alunos e as mesas para atividades eram dispostas em círculos. A turma da primeira série que integrei era composta por Eneida, Cristian, Firmin, Mauricio, Moema, Tiago, Ukla e eu, oito alunos. Por isso a professora, Ivone, não tinha dificuldade em adminis-

trar as demandas extras da Eneida, que tinha necessidades especiais. Tinha tempo de cantar conosco dedilhando seu violão e de registrar vários momentos de cada um e da turma em imagens com sua máquina fotográfica.

Depois da Ivone veio a Cris, na segunda série, com seu cabelo dourado encaracolado e a maneira irresistível de pedir atenção. “Se liga na mixirica”, era o bordão divertido e hipnótico dela, que uso até hoje. Um dia, em passeio ao Zoológico, diante de um leão sonolento a Cris bradou o seu “Se liga na mixirica”, ao que o leão respondeu com um rugido! Aos sete anos, aquilo fez dela uma bruxa boa aos meus olhos.

Com a Sandra, da terceira série, tive problemas de afinidade, ela era metódica, carrancuda e tinha barba, o que me intrigava. Mais tarde eu soube que ela era ex-professora do tradicional Colégio Rio Branco e que em conversa com minha mãe sugeriu que eu fosse transferida para lá após a 4ª série.

A Elena, irmã da Cris, igualmente loira, mas com os cabelos Chanel, toda formal e delicada se preocupava com minha falta de desempenho em gramática. Paralelamente a elas, nos ensinavam também o Magrão, de Educação Física, que anos depois reencontrei trabalhando como músico. O Paco, de matemática, que eu soube, se suicidou. A Rosângela, de artes, que nos deixou acompanhar sua gravidez em detalhes táteis. A Margareth, que tocava piano com seus minúsculos dedos de anã e nos ensinava música. Educadores atraentes, inspiradores, mas algumas vezes preteridos. No meu caso, muitas vezes.

Preteridos pela possibilidade de passar mais tempo sobre ou sob as árvores enormes, lendo ou comendo caquis, na sala de artes - ou no porão, debaixo dela - na horta, na biblioteca, na piscina, pintando cercas, limpando banheiros, ajudando na manutenção. Brincando com o jumento Zé, vendo os cachorros namorarem, ‘caçando girinos’ no riozinho ou mesmo me explicando alguma desobediência em uma mesa de reunião da direção. Tudo era melhor do que estar nas salas de aula – salas que na verdade, a partir da quarta série nem paredes inteiras tinham. Atividades “livres” sempre foram minhas preferidas.

A liberdade para me dedicar ao que mais me apetecia foi aproveitada ao extremo. Sempre que havia a opção de não estar em sala, eu a escolhia. Algumas vezes, mesmo quando não era uma opção oferecida, eu decidia não estar em sala. Em parte por isso não aprendi gramática. Mas, em parte por isso também desenvolvi uma relação com a leitura que me proporcionou boa competência comunicativa e repertório cultural.

Ao fim da quarta série do ensino fundamental, o surgimento do vulto do vestibular nas preocupações familiares, aliado ao conselho da professora Sandra, representou nova mudança de escola. O Crescer era um ambiente propício ao aprendizado de conceitos, ao desenvolvimento de atitudes. Mas a preocupação com o volume de conteúdos ministrados, repercutiu em algumas mães de alunos e até uma professora: não garantiria aos filhos boas colocações no vestibular.

Por isso, na quinta série do ensino fundamental, fui matriculada no Colégio Rio Branco, mantido pela fundação de Rotarianos de São Paulo. Escola tradicional, onde as salas tinham todas as paredes em concreto, muito altas e sem janelas. Lá as professoras usavam jalecos brancos e não tocavam violão. As mesas eram parafusadas ao chão em filas e passei a ser chamada de 53 – não entrei na ordem alfabética, minha matrícula foi feita na última hora. Todos os alunos usavam uniformes e meus tênis de lona pintado durante uma das aulas de artes no Crescer, antes exibido orgulhosamente, passaram a ser um dos marcadores da diferença como algo negativo.

Para qualquer jovem não pertencer a um grupo é algo desagradável, se não for traumático. Mas os dez anos de Crescer e Criarte já haviam criado algumas convicções, que me faziam achar aquele ambiente e formas de se relacionar algo mais estranho do que desejável, o que não diminuiu a insatisfação de ter de estar lá. Entretanto, o que passou a ser um problema mais concreto, motivo de severos conflitos familiares contínuos, foi o novo padrão de resultados em avaliações.

No crescer meu desempenho não aparecia em boletins, mas em reuniões de pais, que começavam com toda a comunidade escolar adulta ao redor

de uma mesa e depois passava a reuniões individuais sobre cada estudante. Sempre meus pais voltavam para casa contentes com o que ouviam e queriam falar sobre várias coisas, me pediam animados detalhes sobre determinadas atividades ou episódios relatados nas reuniões.

No Rio Branco me converti em uma das piores alunas da sala. Me parecia razoável o argumento de que eu deveria retribuir com boas notas o alto investimento mensal que a família fazia na minha educação. Mas eu simplesmente não entendia o que estava acontecendo, nesse novo ambiente eu ia para escola esperando a hora de sair. E diante das cobranças em casa, passava o dia ansiando pela hora de sair novamente para a escola.

Foram cinco anos de notas baixas, incluindo alguns Zeros. Em três escolas diferentes, todas focadas em conteúdo. Durante este período convivi com recuperações anuais, com expressões de insatisfação estampada no rosto de vários professores, com a sensação de invisibilidade. Envolvi-me em dois embates físicos com colegas, uma suspensão e uma reprovação. Ao terminar o ensino fundamental, na semana da viagem de formatura, fui convidada para uma entrevista de trabalho. Apesar dos apenas 14 anos na época, fui aprovada. Eu trabalharia por um mês na recepção de uma academiada Paddle.

Durante esse mês controlei entradas e saídas de valores, negocie preços, expliquei normas, escrevi cartazes informativos, desenvolvi cronogramas funcionais para otimizar a rotina de atividades da pequena equipe do lugar, participei da organização de um torneio. Foi um mês de descobertas incríveis. Concluí que eu não podia “ser” zero em matemática, se fracionava valores de uma tabela de preço em questão de segundos e calculava os impostos sobre minha remuneração facilmente. Não podia “ser” três em português, se sugeria melhoras no texto proposto pela Giselle - minha inteligente e divertida chefe quinze anos mais velha e pós-graduada - e era capaz de me comunicar facilmente com os mais diversos tipos de pessoas. Não podia ser suspensa por mau comportamento, se realizava um trabalho com grande demanda interpessoal de forma eficaz, agradável e disciplinada.

Nesse trabalho de férias recebi muitos sinais de aprovação, me encantei com o olhar totalmente diferente do que recebia na escola durante os últimos cinco anos. E a Giselle gostava de compartilhar decisões. Com seus cabelos cacheados e louros era charmosa, irreverente, independente. Lembrava a Cris, minha professora da segunda série. Ela me fazia desejar ser como ela. Trabalhando, novamente aprendizado e afetividade se alinham. E até hoje, sinto que essa conexão é decisiva.

Ao fim do período, fui convidada a permanecer no trabalho. Substituindo uma moça 12 anos mais velha, o que foi a comprovação para mim, de que eu era algo entre oito e dez e não um acúmulo de notas vermelhas. Ao compartilhar em casa a decisão de continuar trabalhando, fui informada de que se fizesse isso, minha escola deixaria de ser paga. Matriculei-me então na escola pública mais próxima. Na nova escola eu tirava boas notas, mas as provas vinham com erros ortográficos, alguns professores faltavam, se atrasavam ou não existiam.

Dois anos depois, mudei de emprego, e passei a morar sozinha, mas deixei de frequentar a escola. No tempo livre, cinema e literatura percebo hoje iam colaborando para minha formação.

Estimulada de forma carinhosa e persistente pela Marilene Cirino, professora dedicada e mãe de uma grande amiga, voltei a estudar. Fiz um ano num colégio público exemplar, no bairro de Itaim Bibi. Lá os professores também usavam jaleco e eram dedicados, mas não pareciam incomodados com os alunos com mais dificuldades, o que ainda era meu caso em algumas matérias. Porém, por conta do horário de trabalho, no terceiro ano do ensino médio mudei para um supletivo particular conhecido por acolher alunos pouco afeitos aos estudos.

Mudei de emprego novamente e a organização se propôs a pagar as mensalidades de uma faculdade na área de administração. Fui estudar na PUC-SP, onde cursei três anos de disciplinas voltadas para administração e finanças. Comecei tensa, supondo que voltaria a ter os problemas de desempenho da escola, mas atingi bons resultados. Foi um aprendizado fundador,

pois em conjunto com a nova experiência profissional ampliou minha percepção do mundo, trazendo perspectivas econômicas, um novo tipo de pragmatismo, capacidade de organização, planejamento e principalmente autoconfiança. Tive dois excelentes professores, Jose Roberto Martins Ferreira em Sociologia e o Victor Santander em matemática financeira. Entretanto, não concluí o curso, pois mudei de cidade.

Por motivos pessoais mudei para Brasília e pelos mesmos motivos, decidi fazer o curso de Pedagogia. Projetei uma vida envolvida com a educação infantil inicialmente, passando pelo ensino fundamental e posteriormente por atividades de administração escolar. Eu gostaria de praticar e promover em uma instituição de ensino tudo de melhor que vivi em termos de educação, na escola e fora dela.

Desde que comecei a trabalhar observo a importância da boa administração numa organização. Sei que a retenção de talentos, o desenvolvimento de potenciais, ideias inovadoras e a boa utilização de recursos, dependem da criação de um ambiente/cultura propício e de processos eficazes. Uma organização saudável zela pela excelência na comunicação interna e externa, pela confiança, pela valorização do mérito e da diversidade. Para fazer a 'escola dos meus sonhos' eu pretendia ingressar na rede pública de ensino com o objetivo de aprender as práticas diárias em alguns anos e posteriormente de integrar a direção da unidade. A ideia era reproduzir o que vivi no Criarte e no Crescer, com algumas mudanças nas formas de avaliação, a fim de minimizar as lacunas de conteúdos que eu tive, por exemplo.

Em dois anos de dedicação exclusiva às aulas na Faculdade de Educação da UnB, outras mudanças na vida impactaram minhas perspectivas acadêmicas e profissionais. Voltei a trabalhar, mas atenta aos processos de ensino-aprendizagem no ambiente profissional. Treinamentos, cursos, reuniões, palestras, exercícios, provas, uma série de atividades que me remetiam à faculdade de educação e à pergunta: como aprender e como ensinar? Ao longo das minhas experiências com alfabetização de jovens e adultos em um projeto

da UnB e com formação de pessoas no ambiente de trabalho, percebi que a afetividade é elemento importante também na educação de adultos.

Quatro pontos principais me levaram a desenvolver esta monografia sobre Educação do Campo. A afetividade foi fundamental, pois percebi na Helena, que orienta este trabalho, uma pessoa com sólido equilíbrio emocional, suave, generosa e bem-humorada, apesar de firme em suas posições.

A coletividade é um tema que me interessa muito. Trabalho há anos em uma rede de livrarias que nos dá ampla liberdade de atuação em cada unidade. Há quase seis anos integro um interessante, e desgastante, exercício de gestão participativa, no qual a remuneração é coletiva e as decisões partilhadas. A questão que um dos entrevistados fez, sobre como dividir a colheita de forma justa se as pessoas não trabalham da mesma forma, respondi com um sincero: eu também tento descobrir isso há anos. A eliminação da competitividade selvagem no trabalho necessária, pois é destrutiva do ponto de vista humano e organizacional. Mas a experiência na livraria mostra que a divisão igualitária da remuneração cronicamente desestimula a exploração de potencialidades individuais. Essa equação de custos e benefícios num ambiente assim me desafia diariamente. Como ter os benefícios da redução da competitividade sem desestimular a manifestação de talentos individuais?

Educação do Campo está intrinsecamente ligada ao problema da desigualdade social, que é, vinculado à corrupção, o mais sério e cheio de ramificações do Brasil. Os povos do campo por serem historicamente negligenciados e usurpados concentram a pobreza do país, portanto deveriam concentrar os esforços em busca de algo próximo da igualdade.

Além disso, a Educação do Campo considera o trabalho como um elemento indispensável na vida dos estudantes, necessário à subsistência, mas também formativo, pedagógico. Tal e qual foi e é na minha vida.

A Educação do Campo foi e é construída pelos sujeitos a que se destinam. Ou seja, ela é essencialmente reflexiva e subverte algumas tradições – ultrapassadas – da educação. Apesar de ter nascido e vivido na cidade, identifiquei na Educação do Campo estes elementos, afetividade, coletividade

de/individualidade, desigualdade e trabalho, de profunda afinidade, que motivaram a opção pelo tema para o trabalho de conclusão de curso.

## Introdução

Os movimentos sociais organizados pelos povos do campo têm sido mobilizadores da dinâmica social brasileira. Através deles ganham projeção nacional vozes de populações até pouco tempo quase invisíveis politicamente. Estes movimentos clamam não apenas por direito à terra, mas também pelo atendimento de direitos constitucionais básicos e, em muitos casos, pela relação sustentável com o ambiente natural. A educação, por ter um papel fundamental na formação técnica e política dos sujeitos, é um ponto de grande atenção no Movimento Sem Terra (MST). Está intrinsecamente ligada a ela a conquista dos demais direitos pelos quais se luta.

O movimento pela Educação do Campo, iniciado pelos sujeitos a quem se destina, considera muitas particularidades que determinam seu diferencial. Os projetos educativos vinculados à Educação do Campo enfrentam desafios que vão lidar com a disponibilidade intermitente e burocrática de recursos, passando pela precariedade das instalações obtidas e por problemas de acesso e saúde dos educandos. O entendimento destas necessidades específicas exige adaptações do processo educativo, o que tem sido um dos desafios que a realidade do campo apresenta à universidade.

Uma questão particularmente presente nos discursos dos movimentos sociais e dos educadores envolvidos com a Educação do Campo é o valor da coletividade. Através da força da coletividade muitos sujeitos antes à margem dos processos produtivos e da sociedade tiveram acesso à terra, à educação e a outros direitos. No entanto, como atesta o trabalho de José de Souza Martins, há recorrência de desagregações de grupos, que antes se apoiaram e auxiliaram, em assentamentos e mesmo em acampamentos. Qual a relação dos indivíduos do campo com a necessidade e o estímulo a coletivizar quase tudo?

Se a participação ativa dos movimentos sociais na elaboração dos objetivos, dos projetos pedagógicos e na produção do material didático aproxima a prática da realidade dos educandos, por outro lado a tradição marxista, que embasa a atuação de muitos deles, não se destaca pela atenção aos anseios

subjetivos dos indivíduos. Estariam as formas de encaminhamentos dos movimentos considerando as expectativas pessoais da população atendida?

Desde a queda do Muro de Berlin, a lógica do sistema capitalista vem se intensificada e naturalizada em muitas instâncias da sociedade. Isso ocorre de maneira prática, através da necessidade de inserção em mercados, o que subentende competição, a que todos os indivíduos economicamente ativos estão submetidos de algum modo. Mas também de forma subjetiva, através dos meios de comunicação, que veiculam notícias, produtos culturais e de entretenimento globalmente consumidos e reproduzidos, que destacam e enaltecem valores como o mérito individual e a competitividade, “formando realidades”, usando um termo de Giddens.

A valorização da individualidade que marca a sociedade atual é objeto de estudo na academia. Ulrich Beck identifica que o avanço da modernidade permite a desvinculação de determinações impostas anteriormente por condições de gênero, classe social, origem religiosa e outros marcadores, facilitando o delineamento das individualidades, da diversidade, da particularidade de cada pessoa. Beck vai além e aponta que algumas categorias utilizadas pela Sociologia há algum tempo não fazem mais sentido no contexto atual, demandando uma observação atualizada dos fatores que movem os indivíduos e a sociedade.

Apesar de ser um filósofo de origem alemã, Beck parte de uma perspectiva sociológica ampla, na qual a globalização é percebida como detonadora de uma série de processos com efeitos diversos nas várias partes do mundo. “A pobreza não está sendo erradicada, mas sim radicalizada.” (BECK, 2003, p.104). Os países ricos se tornam mais ricos, em detrimento dos países pobres, que aprofundam sua miséria. E nessa situação de escassez, de incerteza, segundo Beck o processo de individualização experimental não se completa. O que ele observa nesse caso é o que chama de atomização, que é a desconexão com as tradições do indivíduo, que “tendo perdido o chão sob os pés” (BECK, 2003, p.81) torna-se “massa de manobra”.

Nesse mesmo sentido, o sociólogo Anthony Giddens identifica que o período atual, denominado por ele de alta modernidade, torna superadas as estruturas de ordem social já conhecidas. Giddens destaca como elemento essencial das instituições modernas o processo de “descolamento” das relações sociais de contextos tradicionais e sua rearticulação em outros contextos de tempo e espaço não pré-determinados, através de mecanismos de “desencaixe” que permitem aos indivíduos possibilidades de auto-expressão até recentemente inexistentes. Assim, a possibilidade de individualização traz consigo uma fluidez social que pode representar algum risco, mas que também representa a ampliação das liberdades individuais.

A partir da reflexão acima, o objetivo deste trabalho é entender as demandas subjetivas – que integram o domínio das atividades emocionais, sentimentais, volitivas – apresentadas pelos sujeitos do campo em relação aos encaminhamentos coletivos conduzidos em seus ambientes sociais. Para isso foram entrevistados educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo – LedoC promovido pela Universidade de Brasília.

A perspectiva de Jean-Marie Muller, especialista em pesquisas sobre a resolução não violenta de conflitos entra neste trabalho por fazer uma delimitação clara sobre conflito, agressividade e violência. A abordagem deste autor está muito alinhada com a realidade repleta de lutas e dificuldades que enfrentam os povos do campo no Brasil, por identificar no conflito uma premissa ao exercício da cidadania e por reconhecer a agressividade como uma força indissociável do ser humano.

Com o objetivo de contextualizar os sujeitos pesquisados, o primeiro capítulo deste trabalho aborda a longa e violenta história da relação entre os detentores do poder político e os povos do campo ao longo da História do Brasil. No segundo capítulo são identificados conceitos pertinentes à análise da relação entre individualidade e coletividade na atualidade. O terceiro capítulo traz a fala dos sujeitos do campo em formação no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), que é uma manifestação culminante desse processo iniciado no MST, em parceria com o Incra e com as universidades.

Pode ser importante compartilhar a opção feita nesse trabalho de evitar a ortodoxia marxista que, certamente, traria um olhar muito diferente para o mesmo objeto. Os fatores econômicos reconhecidamente têm grandes impactos sobre a realidade estudada. Mas a opção por teóricos contemporâneos que falam também de tendências menos concretas que a força da riqueza, mas talvez não menos poderosas, determinou o recorte. Em nome da consistência e da coerência, evitou-se ampliar o número de perspectivas, pelo menos nesse momento.

Ainda no intuito de estabelecer diálogos menos repercutidos, houve uma tentativa de obter contribuições de historiadores sem registro de militância, em contraponto ao trabalho de Bernardo Mançano Fernandes. Porém, neste caso, ao consultar o amplo volume História do Brasil, do renomado Boris Fausto, constatou-se que em algumas versões os povos sem-terra não existem nem mesmo na História recente do país.

## **Capítulo I - Histórico da Luta Pela Terra e Pela Educação**

A luta pela terra acompanha a história do Brasil desde o seu início. Ela foi conduzida desde o início por povos aliados das condições básicas necessárias à vida e ao desenvolvimento. Condições que, em certo momento, foram assumidas como dever do Estado, como educação, saúde, trabalho e segurança. A luta por Reforma Agrária é a luta pela redução da desigualdade social, uma das características definidoras da sociedade brasileira.

Recentemente, sobretudo com a atuação organizada e contínua do MST, a importância da educação ganhou destaque entre as demandas dos sujeitos do campo. Isso porque através da educação amplia-se a compreensão entre os sujeitos do campo de que a luta pela terra, além de atender a necessidades individuais, representa um “projeto de desenvolvimento para o Brasil”(CALDART, 2004, p.96).

### **1.1 – A questão da Terra: da Colônia à Atualidade**

Se considerada em toda sua amplitude e complexidade, abarcando as relações de poder que envolve e suas consequências, a questão agrária faz parte da História do Brasil desde seu início. A alta concentração de terras no país invariavelmente acompanha a concentração de renda, de acesso à educação, à saúde e ao exercício da cidadania de forma geral. A polarização da sociedade brasileira entre escravos e senhores, entre mandados e mandantes é uma característica seminal. Historicamente a elite agrária domina os postos políticos e se apropria do patrimônio e espaços públicos, determinando leis e condições favoráveis à manutenção do seu poder. Boa parte da população brasileira, por opção ou por falta dela, viveu e vive à margem dessa lógica em que os papéis sociais são definidos com tanta clareza e rigidez.

Aos que não participam da coreografia social proposta pelos donos do poder, que não se enquadram no papel de mandados, nem no de mandantes, não se garante sequer o direito à vida. No dia 27 de Maio de 2011 o líder do Movimento Camponês Corumbiára, Adelino Ramos, jurado de morte, foi assas-

sinado em Porto Velho. Três dias antes, o casal José Cláudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva, líderes de grupos extrativistas de castanhas, também foram mortos no Pará, por denunciarem continuamente a exploração ilegal de madeira na região em que viviam. O assassinato do casal repercutiu na Câmara dos Deputados, em um discurso vaiado por deputados da bancada ruralista. “Eles vaiaram um duplo assassinato. É uma coisa sem sentido, promovida pelos interessados diretos no projeto, os beneficiados por essa modificação. Foi algo grotesco”<sup>1</sup>

A contínua e sistemática privação de direitos e perspectivas aos sujeitos do campo brasileiro são fatores que contribuem para o crescimento da população urbana em relação à rural. Segundo o último Censo do IBGE feito em 2010 a população rural foi contabilizada em 15,65%, ao passo que em 2000 essa população totalizava 18,75% dos brasileiros<sup>2</sup>. O predomínio de processos produtivos industrializados e focados em monoculturas nas grandes propriedades rurais visando em grande parte o mercado externo, a falta de apoio ao pequeno produtor e da presença do Estado como cumpridor de suas obrigações fundamentais que incluem saúde, educação, transporte e segurança, gradualmente servem de estímulo ao chamado êxodo rural.

Os Povos do Campo são compostos por uma grande diversidade de sujeitos, que incluem pequenos agricultores e assalariados, mas também coletores, ribeirinhos, indígenas e quilombolas. São populações marginalizadas e privadas de direitos há séculos, em muitos casos condenada ao nomadismo, por sua impossibilidade de expressar juridicamente a relação com a terra que constituíram de fato, historicamente.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes, a população indígena escravizada para trabalhar na economia brasileira chegava a 350 mil pessoas entre os séculos XVI e XVII. Movimentos de resistência marcaram essa época, trazendo

---

<sup>1</sup> As vaias feitas ao discurso do deputado Sarney Filho em 24/05/2011. Disponível em <http://www.inesc.org.br>.

<sup>2</sup> Dados disponíveis no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

perdas e dificuldades aos colonizadores, que acabaram posteriormente optando pela importação de mão de obra escrava vinda da África. A Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras são dois exemplos mais notórios da reação à escravidão. Em 1756 portugueses e espanhóis, na disputa por territórios ao sul do Brasil, massacraram milhares de indígenas que habitavam terras comuns como os Trinta Povos Guaranis. Esse episódio “culminou com a morte de Sepé Tiaraju, líder guarani que se tornou símbolo da resistência indígena.”(FERNANDES, 2000, p.27).

Os escravos negros foram trazidos para o Brasil desde o primeiro século de colonização e a resistência também ocorreu entre eles. Data de 1597 a referência ao quilombo dos Palmares, localizado na Zona da Mata, na região próxima ao que hoje é a fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Este quilombo reuniu um conjunto de povoados em que se estima que houve até 1500 casas, e cuja produção incluía milho, feijão, mandioca, cana, a criação de galinhas, além da caça e da pesca. Este quilombo, calcula-se, abrigou cerca de 20.000 pessoas até sua completa eliminação, após muitos ataques, no ano de 1694.

Há registros da existência de quilombos em vários estados do Brasil, por mais de três séculos. Essas organizações representavam um questionamento desafiador à ordem escravocrata, o que provocou a articulação de senhores de engenho e bandeirantes para sua eliminação. Nos quilombos viveram e trabalharam também índios e trabalhadores livres, que por algum motivo eram marginalizados.

Além de indígenas, negros e europeus, havia um grande número de pessoas que não se identificava com nenhum desses grupos. Entre eles, desde o início, sempre houve o trabalho assalariado, mas a abolição da escravatura representou a intensificação da necessidade desse tipo de relação. Pequenos proprietários ou posseiros e agregados em maior ou menor nível dependiam dos grandes proprietários de terra. Isso porque o direito de exploração ou posse da terra em quantidade dependiam de boas relações com o poder público. Essa manifestação de promiscuidade entre público e privado foi institucionalizada a partir de 1850: A Lei de Terras. Somou-se à truculência esta manobra

jurídica para resguardar a situação favorável conquistada pelos latifundiários ao longo de séculos de abusos.

A Lei de Terras estabelece a compra como a única forma de se adquirir terras no Brasil, subsidiando a expropriação de posseiros. As terras que não fossem cercadas, habitadas e produtivas, tinham que ser devolvidas ao rei. Essa lei favoreceu os grandes proprietários, que passaram a ter amparo legal para a posse das terras que ocupavam. A desapropriação de pequenos proprietários era favorável aos grandes também por ampliar a massa de trabalhadores sem perspectivas de obter terra, senão através da venda da força de trabalho.

Durante o período colonial e o início do período republicano, os homens que receberam grandes áreas de terras passaram a ser chamados de coronéis, mantendo a tradição de apropriação do poder público pelo privado. Cabia ao coronel a exploração da terra e o controle, inclusive eleitoral, da população que vivia nela. O fim da escravidão ampliou o número de indivíduos que não estavam incluídos nesse sistema de poder e que em diversos momentos procuraram espaços e novas formas de organização para sobreviver.

“A guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil.”(FERNANDES, 2000, p.29). Em 1893, camponeses marginalizados, ex-escravos, idosos e desvalidos instalaram-se em Canudos, que passou a ser chamada de Belo Monte. A produção era desenvolvida em sistema de cooperação e todos tinham direito à terra. O movimento liderado por Antônio Conselheiro chegou a envolver 10 mil pessoas, segundo Fernandes.

Cinco anos após seu estabelecimento, Canudos sucumbiu à série de ataques feitos por até 5 mil soldados, supostamente motivados pelo fato dos habitantes de Canudos defenderem a monarquia. Essa defesa violenta da República por fazendeiros e militares representava, na verdade, a defesa da ampliação dos próprios poderes em relação ao já frágil poder público estruturado até então no Brasil.

Em 1908, a concessão de uma grande faixa de terra destinada à construção de uma ferrovia entre São Paulo e Rio Grande feita pelo governo à em-

presa Brazil Railway Company, gerou consequências sociais profundas, deflagrando outro importante movimento de resistência. Para a construção da ferrovia foram trazidos milhares de trabalhadores de outras regiões e, ao fim do projeto, ficaram sem trabalho. A eles se somou um grande número de famílias que habitavam a região e foram expulsas de suas casas.

Sem emprego e sem terra essa população passou a vagar pela região em busca de oportunidades de sobrevivência, que incluíam saques e trabalhos temporários aos coronéis. Em 1912, o ambiente social criado pelas desapropriações e desenraizamento promovidos pela construção da ferrovia propiciou o estabelecimento de mais um importante movimento messiânico<sup>3</sup>, dessa vez em Santa Catarina.

Liderado pelo proclamado monge José Maria, o movimento que em 1914 teria agrupado 10 mil pessoas, devido novamente à acusação de defesa da monarquia, se deslocou para uma região contestada entre Santa Catarina e Paraná. Atacados pela polícia militar local o grupo teve muitas perdas, inclusive a morte do líder José Maria. Os sobreviventes voltaram e se organizaram e novos episódios de enfrentamento ocorreram até a eliminação completa do movimento em Dezembro de 1914.

Outro movimento fomentado pela situação marginal destinada às populações pobres e alienadas do direito de ocupar e produzir na terra foi o Cangaço. “Tornar-se cangaceiro era decorrência da ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família”(FERNANDES, 2000, p.32). Os grupos de cangaceiros saqueavam fazendas, comércios e até residências de camponeses, como no caso do grupo de Lampião<sup>4</sup>.

Os movimentos messiânicos e de grupos de cangaceiros foram a expressão visível da situação de grande parte da população sujeita aos desígnios impostos pelos donos do poder, que eram grandes proprietários de terras que atuavam em conjunto com policiais, militares e jagunços. O combate a grupos

---

<sup>3</sup> Os movimentos messiânicos, liderados por figuras carismáticas, baseadas em elementos de fé e doutrina religiosa na busca de uma vida mais justa e igualitária.

<sup>4</sup> Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, liderou um dos grupos mais notórios do Cangaço.

pobres que buscavam formas de sobrevivência fora do sistema imposto pelos donos de terras e do poder político se baseava, sobretudo, na violência.

A resistência camponesa adquiriu nova forma de organização a partir de 1940 quando começou a formação das Ligas Camponesas, sob apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de parte progressista da Igreja Católica. “As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros e meeiros que resistiam à expulsão da terra e ao assalariamento.” (FERNANDES, 2000, p.33). As Ligas defendiam a reforma agrária em bases radicais, realizando ocupações e organizando movimentos guerrilheiros, o que causou a prisão e morte de muitos camponeses.

Fundadas em quase todos os estados do país, as Ligas sofreram represálias tanto estatais, como de fazendeiros e jagunços. Apesar disso sua articulação não cessou, como demonstra a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), em 1954, que fomentada pelo PCB visava a articulação entre campesinato e operariado. A ULTAB teve uma atuação ampla no país. As exceções ocorreram em Pernambuco, onde as Ligas Camponesas estavam organizadas e no Rio Grande de Sul, onde o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) estava bem articulado, inclusive com o apoio do governador Leonel Brizola.

Com a regulamentação da sindicalização rural ocorrida em 1962 houve a tentativa de se transformar as organizações em sindicatos, que formariam posteriormente federações e confederações. Nessa época foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Foram realizadas muitas reuniões, mas “a maioria dos trabalhadores estava à margem desse processo de disputa, que acontecia no âmbito da cúpula das organizações.” (FERNANDES, 2000, p.35).

O período decorrido entre a criação das Ligas Camponesas, em 1940, e o golpe militar, em 1964, foi marcado também por mobilizações práticas dos camponeses. Houve manifestações em muitos estados, por melhores salários, e pela distribuição de terras, sempre contidas pela polícia e exército. Em contrapartida, a grilagem continuava ocorrendo e, em muitos casos, envolvia o uso de mão de obra de camponeses sem direito a remuneração. As famílias sem-

terra eram convidadas por grileiros a cultivar a terra para subsistência. “Formados os pastos, as famílias eram expulsas e as que resistiam eram atacadas por jagunços, que queimavam a morada e a roça.” (FERNANDES, 2000, p.40).

Após o golpe militar ocorrido em 1964 a mobilização dos povos do campo passou a enfrentar uma repressão mais organizada e ainda mais violenta. O governo militar tinha um projeto de desenvolvimento do campo baseado no uso de novas tecnologias como maquinários, pesticidas, fertilizantes químicos e sementes geneticamente modificadas. Esse período, conhecido como Revolução Verde, intensificou a exclusão social no campo, diminuindo o número de postos de trabalho, consequência da mecanização. Houve aumento também da degradação ambiental e da concentração fundiária.

Uma solução para a questão agrária proposta pelos militares foram os projetos de colonização, iniciados nos anos 70 em regiões como a amazônica e o Centro-Oeste. “Camponeses de diversos estados do Brasil, especialmente os do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, migraram para as regiões de colonização.” (FERNANDES, 2000, p.45). Pelos mesmos motivos que assolam os assentamentos de hoje – falta de assistência técnica, de financiamento, de assistência médica e até falta de alimentação – muitos migrantes tiveram que vender suas terras por quantias módicas, muitas vezes suficientes apenas para pagar a passagem de volta para o estado de origem. Dessa forma, os projetos de colonização subsidiaram a formação de muitos latifúndios formados pela aquisição de diversos lotes consecutivos de colonos.

Todos os esforços de repressão à luta dos camponeses foram vãos, em grande parte pela situação de insustentabilidade social intensificada durante o regime militar. O aumento da precariedade e o aprendizado histórico dos camponeses, fomentados por movimentos políticos que começaram a ocorrer no fim da ditadura e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>5</sup>, criaram um ambiente propício para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1985.

---

<sup>5</sup> A Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnacional.org.br/>) surgiu em Junho de 1975, na Amazônia, em encontro convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT tem como missão ampliar o protagonismo dos povos do campo e das águas.

Apesar da fundação do Movimento ter ocorrido posteriormente, a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em Setembro de 1979 é considerada a ação que iniciou o seu processo de constituição. As terras em questão já haviam sido objeto de disputa nos anos 60, sob influência do MASTER. As 110 famílias que ocuparam a gleba Macali abriram precedente para uma série de movimentações similares ao longo da primeira metade dos anos 80 nos estados do Sul do país, no Mato Grosso do Sul e em São Paulo.

A participação da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra, contribuiu de forma significativa para a estruturação do MST. Os direcionamentos visando a renovação da Igreja, deram origem à Teologia da Libertação<sup>6</sup>, que defendia a atuação preferencial junto às populações empobrecidas. Por isso foram criadas as Comunidades Eclesiais de Base, que proporcionaram a aglutinação da população camponesa e a consequente reflexão e organização.

Em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, houve o Primeiro Encontro de Trabalhadores Sem Terra, reunindo trabalhadores rurais do próprio estado e do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Espírito Santo, Acre, Bahia, Roraima e Pará. Estes trabalhadores, pressionados pela adversidade socioeconômica intensificada pela denominada Revolução Verde e estimulados pelo esboço de abertura política que já se fazia notar, estabeleceram níveis de articulação inéditos.

Com o fim da ditadura, em 1985, o espaço para as manifestações pela justiça social foi ampliado. A articulação política pelos direitos do Sem Terra repercutiu na constituinte. Houve algum êxito, apesar da bancada ruralista ter anulado o esforço pela aprovação da Reforma Agrária. Promulgada em 1988, a Constituição trouxe nos artigos 184 e 186 legislação sobre desapropriação de terras que não cumpram sua função social, que é uma ferramenta importante para a realização da reforma agrária. É importante ressaltar que a desapropriação de terras não ocorre de forma pacífica, apesar de contemplada pela lei. A

---

<sup>6</sup> A Teologia da Libertação surgiu como movimento progressista na Igreja Católica na década de 60, relacionando-se com as demandas sociais da época. Polêmica dentro da Igreja, a atuação desse grupo trava-se pela “libertação histórica dos oprimidos” (BOFF, 2007).

violência é uma constante nos conflitos envolvendo Sem Terra e latifundiários, representados por jagunços ou mesmo por agentes de segurança do Estado. O histórico de execuções e ameaças é enorme e contínuo<sup>7</sup>.

Progressivamente, o MST foi partindo de uma perspectiva mais ampla e sistêmica para definir seus objetivos. A luta do Movimento visava não apenas a distribuição de terra, mas o atendimento dos direitos sociais, que incluem direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, previdência social, a proteção a maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. A militância passou a objetivar então um projeto de desenvolvimento para o Brasil amparado na Constituição, mas muito distante da realidade, principalmente das camadas mais pobres.

A precariedade não deixou de marcar a vida e as iniciativas do MST. O investimento em educação, que surgiu de práticas improvisadas em acampamentos, feitas por mães de crianças criadas em acampamentos e professoras acampadas, foi e é feito a muito custo. Pensar a própria educação foi uma necessidade no movimento por três motivos principais. Em primeiro lugar, o Estado não oferecia escolas em acampamentos, escolas itinerantes, adaptadas à realidade do campo. Em segundo, a escola conduzida pela comunidade serviria de espaço educativo também politicamente, refletindo as necessidades do grupo e gerando encaminhamentos. Por fim, a escola do campo precisaria de uma série de adaptações, de calendário, currículo, corpo docente, material e outros, sem as quais ela não teria como funcionar realmente. Nesse sentido veio contribuir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que em seu artigo 28<sup>8</sup> reconhece o direito às adaptações necessárias ao funcionamento da escola do campo.

---

<sup>7</sup> Anualmente a CPT compila e disponibiliza em seu site as ocorrências, por categorias: assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte e violência contra a pessoa de sujeitos do campo.

<sup>8</sup> Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

## 1.2 – O Surgimento da Educação do Campo

A demanda por educação no campo é premente, como ilustram os índices de analfabetismo. Segundo o IBGE a taxa de analfabetismo na área rural é ao menos 2,5 vezes a taxa na área urbana. Segundo a Contag o índice é ainda mais alto. O acesso à linguagem escrita é um grande desafio mesmo entre os que tiveram acesso ao curso de alfabetização. “O que resta a esses alunos? Não tem acesso aos bens culturais: livros, revistas, jornais. Possivelmente não exercitarão o aprendido.” (SOUZA, 2004, p.126).

Um momento fundador para o movimento da Educação do Campo ocorreu em 1998, na 1ª Conferência Nacional Por uma Educação do Campo<sup>9</sup>, em Brasília. Em grande parte, a partir das experiências de educação já encaminhadas pelo MST, esse encontro, envolveu na discussão sobre Educação do Campo, representantes dos movimentos sociais e de ONGs, com apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Universidade de Brasília.

Os debates ocorridos nesses encontros proporcionaram o ambiente ideal para elaboração da proposta do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O Programa pode ser considerado uma evolução no sentido de tornar a Educação do Campo uma política pública, o que garantiria a continuidade das iniciativas e minimizaria as dificuldades criadas pela burocracia envolvida na aprovação de projetos e liberação de financiamento para eles.

A alfabetização de jovens e adultos é uma prioridade no Pronera, mas há também projetos de elevação da escolaridade, de formação técnica para a

---

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

<sup>9</sup> Esta conferência é resultado do 1º Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (ENERA), ocorrido em 1997 em Brasília.

saúde, comunicação, gestão rural e produção agropecuária, além de formação de educadores em níveis médio e superior. A fim de melhorar a qualidade do ensino nas escolas do campo, sugere-se que os cursos de formação em Magistério ou Pedagogia sejam voltados para educadores que já atuam, o que não ocorre rigorosamente.

“Mesmo levando-se em conta que a prioridade deveria ser dada àquelas pessoas que já estavam em sala de aula, como responsáveis pela execução do programa de EJA nos assentamentos, é possível que pessoas tenham sido preteridas em relação a outras, por não terem uma vinculação mais orgânica com o movimento – uma ação militante ou de total concordância com determinadas posições da direção estadual ou coordenadores regionais, por exemplo” (LOPES e ARAÚJO, 2004, p.237).

Com todas as dificuldades, o Pronera tem produzido resultados significativos. Entre 1999 e 2002 o Pronera promoveu a alfabetização de 110 mil jovens e adultos, teve mais de 1000 jovens assentados participando de processos de elevação da escolaridade e de cursos de magistério e 1288 jovens fizeram cursos técnicos de extensão e especialização.

O Pronera tem um modelo de gestão inovador, que conta, necessariamente, com a participação de membros do governo federal, de universidades e de movimentos sociais, como o MST, a Contag e a CTP. Às universidades cabe a gestão administrativa e financeira e coordenação pedagógica dos projetos. Os movimentos sociais mobilizam as comunidades, divulgando os cursos. As Superintendências Regionais do Incra acompanham a parte financeira e dão apoio logístico. Das secretarias municipais e estaduais de educação espera-se apoio na implementação dos projetos, na certificação, e na sua continuidade, mas a experiência mostra que isso não tem ocorrido.

Um aspecto interessante que o Programa traz é o aprendizado que ocorre na convivência entre os integrantes das várias organizações envolvidas nele. A inserção de elementos diversos na negociação, Incra, movimento social e universidade, promove desafios a todos, ampliando seu conhecimento e capacidade de adaptação. Além das oportunidades de alfabetização e melhoria do nível de escolaridade para os estudantes, o Pronera desenvolve novas percep-

ções e habilidades nas organizações e em seus representantes envolvidos na sua execução.

Em 2004, com a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC) no Ministério da Educação, foi dado mais um passo em direção à institucionalização da Educação do Campo. Através das discussões suscitadas pela CGEC foram criados os programas Escola Ativa e Projovem Campo – Saberes da Terra e Procampo, que ampliaram a oferta de formação voltada para os habitantes do campo. Nesse crescimento, no entanto, são identificadas algumas tendências divergentes de todo o significado que a denominação Educação do Campo abarca: “Em alguns programas observamos o afastamento da forma como os movimentos sociais vinham construindo os processos educativos em seus espaços.” (FREITAS, 2011, p.391).

O objetivo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) é auxiliar a implantação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior, voltados para a formação de educadores para atuação nas séries finais do ensino fundamental e médio nas escolas rurais. Os cursos criados como experiência piloto em 2007 na Universidade de Brasília - UnB, na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, na Universidade Federal da Bahia - UFBA e na Universidade Federal de Sergipe - UFS são produtos desse Programa.

Na UnB o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) é um curso regular, que proporciona o ingresso no ensino superior anualmente a 50 estudantes da região Centro-Oeste. Estes estudantes geralmente ficam sabendo do curso através de movimentos sociais do campo e sindicatos. Como é objetivo do curso formar educadores no sentido pleno da palavra, há foco não apenas na docência, mas também no desenvolvimento da capacidade de compreensão e gestão dos processos educativos na escola e na comunidade em que está inserida.

“Todos os aspectos referentes aos projetos de vida desses sujeitos no contexto do desenvolvimento rural local e regional devem ser considerados na formação desses educadores, para que desenvolvam uma visão clara e objetiva de suas potencialidades e possibilidades como sujeitos individuais e coletivos.” (FREITAS, 2011, p.391).

A estrutura curricular da LEdoC é baseada na organização dos componentes curriculares do conhecimento por áreas: Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias. A formação por áreas vai ao encontro da necessidade gerada pela escassez de profissionais de educação no campo, mas foi pensada para fomentar a mudança da forma de utilização e, sobretudo, produção de conhecimento.

O curso ocorre seguindo princípio da Alternância, que rege todas as propostas educativas vinculadas à Educação do Campo, contemplando o Tempo Escola e o Tempo Comunidade<sup>10</sup>. Desse modo, respeita as necessidades profissionais e pessoais dos estudantes. Também proporciona uma formação mais próxima da realidade vivida por eles, com a qual há um diálogo constante, necessário à formação pretendida, que visa a habilitação de agentes de mudança. No tempo Comunidade os estudantes desenvolvem uma série de atividades acadêmicas, que serão repercutidas e avaliadas com os professores.

No Tempo Escola os estudantes se acomodam em um dormitório e se alimentam em um refeitório proporcionado pela UnB. Além disso, eles se dividem em grupos chamados Grupos de Organicidade (G.Os), que assumem a deliberação e organização de uma série de questões práticas ligadas ao curso e à estadia. As atividades pedagógicas durante o Tempo Escola ocorrem pela manhã, a tarde e a noite, com intervalos para as refeições. Aos sábados e domingos há atividades também, mas com carga horária levemente reduzida. Trata-se de uma vivência muito intensa e exigente, que promove constantes negociações entre os estudantes, o que tem um importante valor pedagógico.

---

<sup>10</sup> Tempo Escola e Tempo Comunidade integram o princípio da Alternância, que viabiliza a graduação mantendo a vivência na comunidade. O Tempo Escola é a parte do curso que ocorre na universidade, dura entre 30 e 40 dias por semestre, com atividades diárias junto com os professores. No Tempo Comunidade os estudantes levantam dados e procedem leituras e exercícios indicados em suas comunidades.

A vivência em coletividade é necessária à viabilização do curso para que os estudantes não se desvinculem de suas comunidades de origem. Mas ela é também uma oportunidade para que, com acompanhamento dos professores e da coordenação, ocorram a convivência com a diversidade, a gestão de conflitos e o aprofundamento da experiência coletiva fora do ambiente familiar.

A existência de cursos como a LEdoC na UnB representa um importante avanço para os povos do campo e para o país, oferecendo uma educação que se afasta da tradição de rigidez de currículo, método, calendário e inaugura um movimento de aproximação das demandas e possibilidades da população. Este movimento, que começa no campo, tem muito a contribuir com a discussão da educação como um todo.

## **Capítulo 2 – As Individualidades na Coletividade**

A atuação dos movimentos sociais ligados aos povos do campo, em especial do MST, tem um forte aporte teórico voltado para a coletividade. Parte desse espírito comunal é herança da participação da igreja católica na matriz inicial do movimento. Parte, vem da base teórica marxista. E há ainda a contribuição da precariedade, que impõe o compartilhamento e a divisão de recursos em nome da sobrevivência.

Da Igreja o MST herdou as técnicas de dinâmicas de grupo, aplicadas às Místicas, que envolvem emocionalmente com um tema e unem as pessoas entre si, através da simulação de situações de interdependência ou conflitos. Da tradição mística da igreja, as Místicas incorporaram a música e a cinestesia, atingindo níveis de compreensão e comprometimento dos envolvidos que ultrapassam a racionalidade. Para o observador treinado, as dinâmicas servem também como revelação das posições das pessoas sobre determinados assuntos e situações, alimentando as lideranças de informações para repercussão com o grupo.

O ideal de coletividade do MST é baseado na organização intencional e consciente de sujeitos forjados para autonomia. O volume 8 do Boletim da Educação ressalta a importância de não se confundir supervisão com acompanhamento, que é “estar em movimento junto com alguém”, o que pede “humildade com presença ativa”. O material pedagógico remete claramente ao trabalho de Paulo Freire, por exemplo, quando alerta para a importância de se evitar que o opressor que todo oprimido aprendeu a ser, na condição de objeto de opressão, se manifeste em relação a outras pessoas.

No caderno pedagógico e no site do Movimento, Marx é citado algumas vezes como referência. Há uma preocupação declarada pelo Movimento de proporcionar a autonomia aos seus integrantes. Mas como em todas as organizações, os valores e objetivos idealizados como norteadores registrados ganham interpretações diferenciadas na atuação de cada sujeito. Um projeto que tem na participação uma forma de gestão e uma atividade educativa, necessita da disposição e habilidade de lideranças e liderados de abdicar dos papéis tradicionais aprendidos em casa, na escola, na igreja, no Estado, ambientes em que são claros os papéis de mandantes e de mandados.

Talvez seja importante frisar que não se trata aqui de boa vontade, mas de um exercício complexo e cansativo que demanda avaliação e redirecionamentos constantes das atuações próprias e dos outros. Demanda também a disposição para a negociação e a assunção de conflitos não apenas com adversários, mas sobretudo com parceiros. A gestão participativa, para funcionar,

presume relacionamentos mais fluidos, em que há uma hierarquia de ideias e não dos sujeitos que as propõe.

Os registros de desagregação em assentamentos e mesmo em acampamentos demonstram que, a coletividade que baseou a conquista da terra pode ter sido estruturada a partir de premissas frágeis. Os sujeitos que se agruparam pela luta pela terra, ao final do processo se percebem sós e despreparados para a condução de suas histórias. Em seu *Sujeito Oculto*, José de Souza Martins reporta uma percepção de generalizada insatisfação nos acampamentos, atribuída em parte à sensação de solidão e à condição de heteronomia.

“Esse choro expressa a grande tensão experimentada na transição do mundo da dominação patrimonial, do paternalismo na experiência do assistido, da comunidade, para o mundo racional da autonomia e do negócio, do produzir para vender e do vender para comprar.” (MARTINS, 2003, p.145)

O trabalho de Martins expõe as dificuldades enfrentadas pelos Sem Terra com visível solidariedade. Reporta sem eufemismos a falta de apoio aos assentados:

“Não há relações de reciprocidade nem com o MST nem com o Incra. Aí, as relações são de dominação, de mando e de obediência – e de antagonismos e recusas.” (MARTINS, 2003, p.148).

A questão que o retrato do campo trazido por Martins sugere aos educadores é: como ampliar progressivamente a autonomia dos homens e mulheres do campo, a fim de romper um dos elos dessa corrente de abuso e clientelismo?

O pensamento dos sociólogos Anthony Giddens e Ulrich Beck sobre as características da modernidade atual, em que a individualização surge como um processo necessário à participação reflexiva e autônoma em espaços coletivos é o prisma pelo qual se faz análise aqui. Pretende-se através deles entender de forma mais atual e alinhada com as demandas das pessoas que formam coletividades, e não da tradição ideológica, como estabelecer relações predominantemente voltadas para o bem comum.

Identificar o que move os indivíduos em termos de valores, qual a matriz ideológica da população envolvida, e relacionar-se com estes elementos pode ser um fator de renovação e fortalecimento para o MST e demais movimentos sociais. Já para a Escola do Campo, presumidamente destinada à emancipação dos povos do campo - e não à manutenção ou fortalecimento de movimentos políticos ou grupos em especial – é fundamental o entendimento da importância da individualização como libertação progressiva em relação às estruturas.

Vivenciar a coletividade de forma reflexiva e construtiva não depende apenas da convivência física. Há habilidades e competências necessárias à interação produtiva, justa e solidária de indivíduos autônomos. É possível, e recorrente, o compartilhamento de espaços ou características entre pessoas completamente atomizadas umas em relação às outras. Nesse sentido, o processo de individualização pode ser melhor compreendido e incorporado às dinâmicas coletivas, não como um contraponto a elas, mas como um elemento necessário à coesão mais sólida e igualitária dos grupos.

## **2.1 - A Individualização na Sociedade de Risco**

A individualização surge aqui como um processo necessário à formação do eu reflexivo, emancipado, apto ao exercício da cidadania e da participação consciente e satisfatória nas redes de coletividade possíveis no ambiente atual em que as relações de tempo e espaço foram flexibilizadas. Desse modo, o indivíduo não é considerado como um contraponto ao coletivo, mas como um ser humano qualificado para o exercício ativo da política e para a construção da própria biografia.

Citando Marx, Ulrich Beck convida à reflexão sobre as mudanças significativas que a modernidade imprimiu à sociedade na qual “tudo que é sólido se desmancha no ar”<sup>11</sup>. Na sociedade industrial clássica há a suposição da família nuclear, do casamento, da divisão tradicional do trabalho entre homens e mu-

---

<sup>11</sup> Expressão cunhada por Karl Marx em O Manifesto Comunista, hoje utilizada como ilustrativa da modernidade, tendo virado, inclusive, título de um livro do filósofo Marshall Berman.

lheres. A renda familiar era, até a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, a renda do chefe de família. Beck ressalta que ao considerar a renda dos parceiros que constituem uma família separadamente, considera-se uma estrutura social dividida, que nunca mais será reunificada conforme padrões anteriormente válidos. As formações de classes, a família tradicional, as camadas sociais, os papéis dos sexos, as ocupações, a indústria e a agricultura, sofreram alterações drásticas, afastando-as do sentido atribuído a elas por tanto tempo. Essas alterações transformaram categorias tradicionalmente consideradas nas ciências sociais no que Beck chama de “categorias zumbis”, dada sua fragilidade como premissa para análise na atualidade. “Categorias zumbis são categorias mortas-vivas que nos assombram a mente e determinam a nossa visão de realidades as quais desaparecem cada vez mais.”(BECK, 2000, p.14).

Para o autor, a entrada da mulher no mercado de trabalho teve impactos importantes sobre a estrutura familiar e sobre o mercado de trabalho. No Brasil esse fenômeno pode ser atestado pela Síntese dos Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE em 2007, na qual chama a atenção o fato do número de “chefes de família” do sexo feminino ter crescido 79% em relação ao relatório de 1996. É interessante ressaltar que boa parte dessas mulheres indicadas pela família como “pessoa responsável” muitas vezes é casada e não necessariamente tem salário superior ao do cônjuge, o que demonstra a ampliação da subjetividade na avaliação. Outro elemento significativo é a própria alteração do termo “chefe de família” para “pessoa responsável”. Ela é explicada no site do IPEA em função da “crescente participação de todos os membros da família nas decisões de âmbito familiar e, também, do crescimento do número de pessoas economicamente ativas por domicílio e o conseqüente compartilhamento no sustento da família.”<sup>12</sup>

Outro fator apontado nas análises desse momento pós-industrial que desestrutura as relações sociais é o risco, a insegurança trazida pela impossibilidade de compreensão de todas as conseqüências possíveis aos processos produtivos em constante inovação. “A transição do período industrial para o

---

<sup>12</sup> [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado\\_presidencia/08\\_10\\_07\\_Pnad\\_PrimeirasAnalises\\_N11demografia.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_10_07_Pnad_PrimeirasAnalises_N11demografia.pdf) – p.21

período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes.”(Beck, 1994, p.16). Na sociedade de risco a distribuição de bens que geraram e geram disputa na sociedade industrial tradicional, como renda, emprego, seguro social, se alinham aos conflitos gerados pela distribuição dos malefícios indissociáveis, como riscos ambientais, nucleares e químicos, pesquisas genéticas, militarização, intensificação da miséria entre os indivíduos marginalizados da sociedade industrial.

O difundido discurso segundo o qual o capital controla tudo e direciona os acontecimentos para seu usufruto e manutenção é algo insustentável frente aos movimentos da produção atual. Temos como exemplo de efeito destrutivo sofrido também pela indústria tradicional o crescimento contínuo da indústria de itens falsificados: são milhares de CDs, DVDs, roupas, equipamentos eletrônicos, programas de computador e medicamentos, entre outros desafiando as tradicionais formas de produção e comércio. Esse fenômeno traz novos riscos e também oportunidades para todos os envolvidos na produção e consumo.

A globalização, segundo Beck, insere elementos novos nas sociedades com muita rapidez. Na cultura e na política, esse intercâmbio de ideias atualiza anseios e expectativas em velocidade inédita. Na economia, exige do empresário inteligência, atualização e mesmo assim, muitas vezes cria problemas insolúveis. A participação da China no mercado global vem, há quase duas décadas, desestabilizando e mesmo provocando a falência de indústrias no mundo todo. Nesse caso, a solução para viabilizar a concorrência passaria por assumir cargas horárias de trabalho superiores, níveis de remuneração muito inferiores e condições de trabalho inaceitáveis mesmo em países em desenvolvimento como o Brasil, que dirá na Europa. A situação é de uma complexidade impressionante.

A crise ambiental é outro fenômeno criado pela industrialização, que desafia a todos, dos grandes industriais e seus acionistas – minoritários, inclusive - aos consumidores nos mais variados patamares de poder aquisitivo. Em 17 de Maio de 2011 a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a lei Lei 496/2007, que proíbe a distribuição e venda de sacolas plásticas no comércio da capital

paulista a partir de 1º de janeiro de 2012. A repercussão dessa lei aponta insatisfação entre os mais diversos atores sociais: o consumidor que afirma reutilizar as sacolas, o consumidor que clama por conforto, os milhares de empresários/funcionários de indústrias que fornecem o material aos mercados, entre outros. Recriar os processos produtivos e os hábitos de consumo visando a sustentabilidade exige alterações que seguem uma direção lógica, mas que seria ingênuo supor como solução eficaz e definitiva.

O atual momento da modernidade traz consigo uma série de consequências não planejadas sobre as quais não existe controle.

“A sociedade industrial, a ordem social civil e, particularmente, o Estado previdenciário estão sujeitos à exigência de se fazer com que as situações da vida humana sejam controláveis pela racionalidade instrumental, manufaturável, disponível e (individual e legalmente) contabilizável. Por outro lado, na sociedade de risco, o lado imprevisível e os efeitos secundários dessa demanda por controle conduzem ao que tem sido considerado superado, o reino da incerteza, da ambivalência, em suma, da alienação.” (BECK, 1994, p.21).

A sofisticação tecnológica e difusão do acesso aos meios de comunicação são responsáveis pelo surpreendente incremento da agilidade nas possibilidades de articulação entre as pessoas e grupos. Há controvérsias entre os analistas políticos a respeito da importância do impacto da internet nas recentes manifestações por democracia na Líbia, Tunísia e Egito. Porém consta que ao menos na Líbia e no Egito o serviço de internet foi interrompido pelos governos ditatoriais. Após a onda de protestos no Oriente Médio, citando-a, o governo da China, reconhecido internacionalmente pelo efficacíssimo controle social em que mantém sua população, anunciou ampliação das restrições na internet.

No Brasil, a ampliação do acesso à internet é objetivo do Plano Nacional de Banda Larga, programa do governo federal lançado em 2009 – ano em que o IBGE apurou que apenas 41,7% da população tem acesso à rede. Este projeto tem fins políticos e econômicos e traz consigo riscos incalculáveis. É importante notar que o risco que Beck apresenta não pode ser lido como uma coisa negativa e sim como uma tendência à instabilidade, à que pode ser atribuída

por exemplo a recente onda de protestos no Oriente Médio, que levou à queda das ditaduras muçulmanas que se mantinham há décadas.

O contexto atual, ao contrário do que ocorria antes da queda do muro, não deixa espaço para o maniqueísmo e elimina a possibilidade de dicotomia em análises comprometidas com a lógica e não com uma matriz ideológica. “Modernidade Reflexiva representa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O sujeito dessa revolução criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental.” (BECK, 1994, p.12). A modernidade reflexiva traz o reconhecimento de que a revolução não pode depender exclusivamente da atuação de lideranças, ou da expectativa, até hoje fantasiosa, sobre o poder libertador da luta armada – que, parece necessário destacar, envolve o uso ilimitado da violência.

## **2.2 - Individualização como fenômeno social e Subpolítica**

Para ilustrar o processo de individualização como um fenômeno coletivo, Beck parafraseou Sartre dizendo que “as pessoas estão condenadas à individualização”(BECK, 1994, p.26). Mesmo imersas no Estado, ao qual as pessoas se vinculam através do sistema educacional e do mercado de trabalho, por exemplo, elas passam a assumir riscos ao optarem ou não pelo casamento, pela formação a que se dedicarão, pelo trabalho que buscarão fazer, pelas redes sociais físicas ou virtuais que optarão por integrar.

Nesse momento da sociedade moderna, as instabilidades sociais, políticas, econômicas e individuais tendem progressivamente a serem assumidas pela sociedade civil, pelos indivíduos que a compõe e não mais esperam pelas instituições. Outro fator de estímulo à individualização vem do fato das oportunidades de participação no mercado de trabalho, de acesso à escola, aos direitos sociais em geral, políticos e civis estarem voltados para os indivíduos e não para grupos ou famílias. “Esta se torna uma dinâmica imanente da sociedade e, em consequência, as definições e as identidades coletivas são eliminadas de

dentro para fora, como já se observou na discussão sobre a família.” (BECK, 2000, p.23).

Beck chama a atenção para as premissas necessárias ao processo de individualização, que produz cidadãos capazes de se articular em diversos subgrupos em ações e interesses políticos diversos. O simples isolamento, o afastamento do social por força da conjuntura não desenvolve a individualidade nas pessoas, ele leva ao que o autor chama de atomização:

“Pessoas desarraigadas, gente que foi apartada de suas tradições, desprovida de toda e qualquer base de propriedade privada, de gente que, tendo perdido o chão sob os pés, o chão de uma existência civil ou mesmo de uma existência de classe, converte-se em objeto de definições sociais, da propaganda política e, desamparada, fica à mercê de todas as influências possíveis, porque foi destituída do pré-requisito fundamental de uma existência auto-organizada, auto consciente e, portanto, política.” (BECK,2003, p.81)

A individualização a que a modernidade atual nos convida a exercitar não significa isolamento, solidão, mas a desincorporação e posterior reincorporação reflexiva dos modos de vida da sociedade industrial, “por outros modos novos, em que os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias (BECK, 1994, p.24)”. É um exercício de autonomia em relação aos tradicionais ditames sociais, políticos e culturais, que tem consequências inclusive sobre as dinâmicas econômicas.

Através das notícias em tempo real, novas conexões são formadas, gerando ondas de influência inesperadas. Diariamente, pode-se ler nos periódicos notícias sobre a influência das redes sociais em uma série de eventos políticos e sociais. Um exemplo recente no Brasil é a manifestação que ocorre em natal contra a gestão da prefeita Mícarla de Souza, do PV. O professor de antropologia, Gilson de Andrade, relaciona a amplitude que a manifestação adquiriu às recentes revoltas árabes:

"A insatisfação em Natal começou por questões locais, mas acabou se conectando com as revoltas árabes principalmente no uso da internet, que leva as críticas às ruas de maneira pacífica"<sup>13</sup>

Outra manifestação pública recente, ilustrativo da importância da atuação individual conectada à coletividade, foi a campanha Women2drive, divulgada nas redes sociais na Arábia Saudita, onde as mulheres são proibidas de dirigir. Chamadas a agir individualmente, para evitar a interrupção da manifestação e detenção de todas as participantes, como ocorreu nos anos 90, 42 mulheres saíram em horários e rotas diferentes pela cidade. Algumas apoiadas por seus maridos e divulgando fotografias e vídeos de suas experiências ao volante em redes sociais. Do total de participante, apenas 2 mulheres foram conduzidas para casa por policiais e 1 foi detida.

"O ícone do movimento desta sexta-feira foi Manal al Sharif, jovem presa por duas semanas por desafiar proibição de dirigir. Na ocasião, ela publicou no site Youtube um vídeo no qual aparecia ao volante."<sup>14</sup>

O poder e a repercussão individual cresceram como possibilidade, criando novas maneiras de atuação política.

"A ideia de que a transição de uma época social para outra poderia ocorrer não internacionalmente e sem influência política, extrapolando todos os fóruns das decisões políticas, as linhas de conflito e as controvérsias partidárias, contradiz o auto entendimento democrático desta sociedade, da mesma forma que contradiz as convicções fundamentais de sua sociologia." (BECK, 1984, p.15).

Como um dos elementos mobilizadores nessa etapa da modernidade, Beck apresenta o conceito de Subpolítica, que estabelece um fluxo de mudança social de baixo para cima, reduzindo o poder das formas tradicionais de política.

"No despertar da subpolitização há oportunidades crescentes de se ter uma voz e uma participação no arranjo da sociedade para grupos que até então não estavam envolvi-

---

<sup>13</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/934768-inspirada-nas-revoltas-arabes-natal-vive-primavera-potiguar.shtml>

<sup>14</sup> <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/mulheres-protestam-para-assumir-o-volante-na-arabia-saudita>

dos na tecnificação essencial e no processo de industrialização: os cidadãos, a esfera pública, os movimentos sociais, os grupos especializados, os trabalhadores no local de trabalho.” (BECK, 1994, p.35).

A modernidade reflexiva e a individualização trazem ao indivíduo a possibilidade de se conectar socialmente fora de modelos pré estabelecidos, adaptando as possibilidades de ligação aos seus anseios de forma mais legítima. O reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo em alguns países responde a essa tendência de maior respeito às liberdades individuais, que marca a sociedade ocidental pós-industrial.

Como em todos os momentos da História da humanidade, os valores e tendências não se difundem de forma homogênea a todos os espaços e populações. Beck aponta a América Latina, Índia e África como países desfavorecidos pela globalização, que ampliou a desigualdade entre países ricos e pobres. O que mantém as nações pobres privadas de fluxo econômico e também do dinamismo nas renovações sociais, o que mantém parte da população ainda muito restrita ao que “arquetipicamente” se espera dela. Essa demora na renovação de ideias e padrões que acompanha a privação econômica ocorre também em regiões e com populações mais pobres dentro do país. Sem acesso a bens culturais, sem acesso à linguagem escrita, à comunicação fora dos limites de tempo e espaço característicos das sociedades pré-industriais, as pessoas são alijadas dos contatos e conflitos necessários ao delineamento de sua individualidade e emancipação.

Nas entrevistas os sujeitos do campo ao falarem sobre suas expectativas de situação ideal para o futuro, sem limitações, expressaram, sem exceção, o desejo de suaves melhorias: “melhoria do salário”, regularização da posse de terra, conclusão da formação superior já iniciada. São desejos de alteração da realidade muito sutis, diferentemente do que se ouve de jovens urbanos de classe média, por exemplo, cujas expectativas acadêmicas, profissionais, pessoais e de consumo beiram o ilimitado, em muitos casos. O desejo quase ilimitado não representa possibilidade, mas é uma premissa para a possibilidade.

O desejo é necessário para que o indivíduo se autorize ações. Tivemos no Brasil um presidente que, por formação, era metalúrgico. Ele foi eleito duas vezes e fez sua sucessora, totalizando uma continuidade política impressionante. Luiz Inácio Lula da Silva não pode ser entendido como um acaso político. E, sendo assim, é um exemplo da flexibilidade que a sociedade pós-tradicional possibilita aos que nela se dispõem a transitar. Não se defende aqui que seja simples, nem percursos como o de Lula estejam autorizados pela sociedade. O que se aponta é que a sociedade atual, por uma série de fatores desestruturantes, teve boa parte dos seus mecanismos de controle fragilizados, ampliando o risco e multiplicando as possibilidades.

As características que estão sendo incorporadas à sociedade atuais, que vivem o que Beck denomina “segunda modernidade”, ou que Antony Giddens chama de “alta modernidade”, naturalmente, não se distribuem de forma homogênea por todos os grupos da humanidade. Um dos fatores que promove essa intensificação das características da modernidade é a redução da força da tradição, cuja importância varia em sociedades e subgrupos. “A tradição, digamos assim, é a cola que une as ordens sociais pré-modernas.” (GIDDENS, 1994, p.80). O autor registra também que as sociedades que dominam a escrita são menos tradicionais do que as sociedades orais. A manutenção de tradições depende da disposição dos indivíduos a repetir alguns padrões sem recorrer a indagações racionais, as quais o ambiente de “modernidade reflexiva” tende a estimular.

Giddens propõe uma analogia entre tradição e compulsão. “A compulsividade, em seu sentido mais amplo é uma incapacidade para se escapar do passado. O indivíduo que se crê autônomo vive um destino sub-reptício.” (GIDDENS, 1994, p.85). Nesse sentido, uma relação mais questionadora com a tradição representa a renovação benéfica e autônoma com as regras sociais, assim como é necessário estar livre da compulsão para viver novas experiências e criar novos padrões. As tradições e os hábitos em alguma medida fazem parte da vida e trazem conforto ontológico, sem abolir a autonomia do sujeito, quando são produto de uma opção refletida. “Uma defesa discursiva do tradicionalismo, não necessariamente compromete a verdade formular, para a qual

a maior consequência é ter de se preparar para entrar no diálogo, suspendendo ao mesmo tempo a ameaça da violência.” (GIDDENS, 1994, p.123). Através da “verdade formular”, as pessoas estabelecem novas e personalizadas relações com as tradições, como quando alguém que não frequenta a igreja opta por casar em uma cerimônia religiosa.

É importante ressaltar que a atualização e relativização da preponderância das tradições e, conseqüentemente, dos rituais, trazidos pelo modo de vida pós-industrial influencia a crescente dissolução da comunidade local. O que é um fator que amplia a sensação de risco, de descolamento da identidade, de “insegurança ontológica”.

Se por um lado, a influência destes elementos desagregadores da modernidade atual chega com maior intensidade ao sujeito urbano, imerso em uma cultura predominantemente letrada, ela talvez tenha impactos mais desestruturantes no sujeito do campo. Historicamente as populações do campo no Brasil são submetidas a um tipo de nomadismo involuntário, em busca de água, de comida, de terra para morar e produzir, o que já produz uma sensação de insegurança arraigada. A subjetividade das pessoas do campo está exposta a fatores remotos e atuais que ampliam a sensação de insegurança.

Giddens sugere outros fatores que abalam a sensação de confiança na sociedade atual. São os “Mecanismos de Desencaixe”, com os quais todos temos contato em maior ou menor grau. As “Fichas Simbólicas” promovem o desencaixe, e por consequência, novos tipos de encaixe, por possibilitarem a transação comercial entre agentes separados no tempo e espaço. O dinheiro é a mais difundida ficha simbólica e essencial para o desencaixe da atividade econômica moderna.

A modernidade ampliou nossa ligação com sistemas abstratos com os quais nos relacionamos, em muitos casos, com a intermediação de peritos: sistemas bancários, de informática. E mesmo procedimentos de saúde, de transporte e jurídicos, para os quais precisamos do auxílio de um “especialista”. Estamos submetidos ao que ele chama de “Sistemas Peritos”, um mecanismo de desencaixe, porque promove a interação entre indivíduos unidos pela pres-

tação de um serviço e não pela relação social. É interessante apontar aqui uma percepção de Beck, que aprofunda a sensação de insegurança intrínseca ao sistema de peritos, o fato deles discordarem constantemente entre si, em grande parte pela percepção parcial que a formação profissional proporciona.

“Os especialistas em seguros contradizem os engenheiros de segurança. Enquanto estes últimos diagnosticam risco zero, os primeiros decidem: impossível de ser segurado. Especialistas são anulados ou depostos por especialistas de áreas opostas.” (BECK, 1994, p.22).

É nesse contexto que a atuação de indivíduos não orientados pelas instituições, nem imbuídos de orientações ideológicas, mas formados pela sua experiência de realidade, podem ter uma importante repercussão política. O direito à formação da individualidade, a consideração da subjetividade de todas as pessoas e a negação da violência, podem ser valorizados na renovação da sociedade, na qual os coletivos se organizam e reorganizam mais segundo princípios e menos segundo interesses de lideranças, que provavelmente tem mais preservado o acesso aos seus desejos e à sua individualidade.

O papel dos líderes modernos não é o de messianicamente apontar um caminho, mas o de proporcionar o acesso das pessoas a si mesmas, para que possam de fato se relacionar com o mundo e com o outro como opção e não como necessidade. “As lutas para emancipar os grupos oprimidos podem ajudar a libertar os outros, ao promover atitudes de tolerância mútua que no limite beneficiarão a todos.” (GIDDENS, 1999, p.212).

Quando se fala em individualização não há a expectativa de que as pessoas trabalhem sozinhas, lutem sozinhas. A união continua fazendo a força. A formação de pessoas auto conscientes, capazes de se organizar em redes variadas, conforme suas características pessoais e por objetivos diversos, visa a ampliação dessa força.

O processo de individualização ocorre através do contato com o outro. Ao longo dos primeiros meses de vida o bebê vai descobrindo que a mãe não é parte dele. A conclusão eficaz desse processo que leva anos depende muito dos limites impostos pela diferença, pelas dinâmicas sociais. Nesse sentido, a

disciplina exigida pelas escolas e pelos pais muitas vezes prejudica a exploração de certos limites. Nas escolas e em muitos lares discussões são desencorajadas e, se muito acaloradas, podem inclusive desencadear sanções. Manter a ordem e a produtividade são prioridade.

No entanto, a continuidade mediada das divergências, o reconhecimento e entendimento do limite apresentado pelo outro podem ser exercícios importantes ao delineamento da individualidade dos envolvidos. Além disso, lidar com conflitos evitando a violência é algo que se aprende com a prática.

### **2.3 - A Delimitação dos Espaços Sem Violência**

Na Educação do Campo a violência e o conflito são assuntos que inevitáveis:

“Ocupações de terra, acampamentos, defesa de interesses junto ao parlamento e ao governo são formas de conflito. Assassinatos, ameaças de morte, expulsões da terra, despejos da terra e trabalho escravo são formas de violência.”<sup>15</sup>

Entender as forças que produzem a violência é premissa para seu questionamento e interrupção de sua reprodução. Através da violência, do abuso da força, invade-se o limite individual, transformando-se o outro em objeto.

Na obra de Jean-Marie Muller é explicitada a relação entre uso da violência e alienação da cidadania, com um enfoque voltado para a educação. Um dos pontos que o autor destaca como essenciais ao combate à violência é a distinção entre agressividade, conflito, força e violência. Quando esses conceitos estão misturados e, portanto, entendidos como negativos assume-se a interdição do conflito, um elemento indispensável ao exercício da cidadania.

O conflito é inerente a qualquer relação. “Minha existência individual como ser humano tem menos a ver com estar no mundo e mais com estar com os outros.” (MULLER, 2002, p.22). Os desejos, interesses e planos das pesso-

---

<sup>15</sup> <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>

as limitam uns aos outros com frequência, gerando desconfortos. E isso deve ser entendido como parte de um processo natural de delimitação de espaços.

“O indivíduo não pode abandonar uma situação de conflito sem abandonar seus direitos. Deve aceitar o confronto, pois é por meio do conflito que a pessoa consegue ganhar reconhecimento por parte dos outros.” (MULLER, 2002, p.25).

Assim é preciso que a educação permita a presença do conflito, pois administrá-lo é um exercício pedagógico, de auto-formação e formação política. Para aprender a conviver com a diferença e negociar, cedendo pontos possíveis e resistindo no que é indispensável, é preciso exercício. A preparação para a mediação pacífica de conflitos envolve não apenas a formação do mediador, mas também das partes envolvidas, cuja flexibilidade e disposição ao diálogo são fundamentais.

Por ser necessário, o conflito não deve ser tomado como indispensável. Ele é apenas uma das formas, a mais primitiva forma de relação entre as pessoas. Sempre que houver a possibilidade de relação sem conflito, ela deve ser valorizada, pois essa possibilidade é menos desgastante. Essa possibilidade de negociação não conflituosa deve respeitar as necessidades das duas partes. Não assumir um conflito em detrimento das próprias convicções, em nome da tranquilidade, é um exercício negativo, que fere a autonomia individual. O conflito revela a existência de uma discordância, mas pode ser conduzido de maneira pacífica e até bem-humorada.

Outro elemento que Muller aborda e que precisa ser compreendido corretamente para a condução de dinâmicas respeitadas às individualidades, é a agressividade. Ela é necessária não apenas à delimitação de limites sociais, como à própria vida. A energia agressiva, ao contrário da violência, é inerente à natureza humana, cuja racionalidade é uma das facetas, assim como a impulsividade e o instinto.

“Os instintos são um feixe de energias, quando o feixe é amarrado de maneira apropriada, confere estrutura e verdade à personalidade individual, ao passo que, se estiver solto, o indivíduo perde estrutura e unidade.” (MULLER, 2002, p.29).

A agressividade é legítima, é o contrário de passividade, portanto necessária. Mas o espaço individual dos outros também deve ser respeitado, então ela não pode assumir formas invasivas ou destrutivas, formas violentas, que inclusive podem prejudicar a legitimidade de causa. A distinção entre agressividade, conflito e violência permite a condução produtiva e necessárias de divergências inerentes às relações, sem, no entanto, naturalizar o abuso, o uso excessivo da força. Passa-se a conviver de forma racional e negociada com as turbulências dos conflitos e da agressividade. A interdição da violência isoladamente da agressividade e do conflito permite que sua eliminação seja uma possibilidade, trazendo melhoria na qualidade de vida de todos os envolvidos. “O ato violento é prejudicial e desumaniza não apenas quem o sofre, mas também quem o pratica. A violência marca e fere também o semblante do perpetrador (MULLER, 2002, p.38)”.

Essa linha de atuação é positiva a começar pela óbvia intenção, de redução das ocorrências de violência. Mas também pela reflexão que traz sobre a agressividade como inerente ao indivíduo ativo e o conflito como uma das formas possíveis de relação com a diferença. A perspectiva de Muller restitui o direito à discordância e até à desobediência civil, separando deles a violência.

A desobediência civil é um ponto muito importante a ser devidamente explorado na Educação do Campo, por motivos óbvios. Por mais que a desapropriação de terras que não cumpram sua função social esteja prevista em lei, no imaginário popular a ocupação de terras que não foram compradas ainda é vista como algo errado. Essa percepção fica clara ao longo do Sujeito Oculto, de Martins, e nas entrevistas feitas para esse trabalho. A desobediência civil precisa ser entendida como uma resposta não violenta a violências institucionalizadas. Sobretudo em um país em que as instituições historicamente sofrem apropriações por parte de grupos organizados com maior acesso ao poder.

Além do mérito próprio que as posições de Muller trazem, visando o desenvolvimento de habilidades para negociações pacíficas, elas convidam a reflexões sobre a prática educativa que auxilia no delineamento de indivíduos autônomos, capazes de defender pontos de vista com flexibilidade e alteridade.

Essa perspectiva parece estar alinhada com as expectativas de condução de negociações apresentadas em várias das entrevistas feitas para este trabalho.

## **2.4 – O percurso metodológico**

A pesquisa de campo que ampara esse trabalho foi feita no âmbito de uma das turmas da LedoC, durante seu primeiro momento-escola no campus da UnB em Planaltina. Os contatos com a turma ocorreram durante observações nas aulas do componente curricular Sujeitos do Campo e em entrevistas semi estruturadas.

As observações em sala de aula ocorrem em quatro momentos diferentes, que incluíram a primeira e a última semana do Tempo Escola, totalizando 16 horas. Não houve nenhuma interferência em relação à pesquisa durante as aulas, aconteceram poucas interações em conversas informais sobre assuntos aleatórios e na participação em algumas atividades que ocorreram em sala de aula, mediante solicitação dos estudantes ou da professora.

Durante essas observações foram registradas apenas manifestações de satisfação com os trabalhos a serem realizados coletivamente. A produção textual é muito frequente no curso. Na última observação, que ocorreu no período noturno, o grupo foi solicitado a fazer a terceira síntese do dia. Poder dividir o trabalho, nesse caso, surgiu como um estímulo à produção coletiva. Maciçamente os estudantes, mesmo entre os bem articulados verbalmente, relataram sentir dificuldade para fazer registros escritos de suas ideias. Além disso, a insegurança em relação à qualidade da própria escrita, prejudicava ainda mais a fluidez dos trabalhos. Nesse sentido também, a produção em grupo parecia ter efeito positivo.

Apenas na última aula, foi presenciada uma manifestação desconforto com a quantidade de atividades coletivas. A professora anunciou uma avaliação individual, ao que uma estudante comentou: “Ai, pelo menos alguma coisa individual.” Então, de modo geral, através da observação, concluiu-se que as pessoas pareciam estar satisfeitas com a intensa vivência coletiva proporcio-

nada durante as aulas do curso e na casa que serve de alojamento para o grupo durante o Tempo Escola.

Para coletar dados individualmente foram feitas gravações de entrevistas por pautas, com um certo grau de estruturação. No intuito de deixar os entrevistados a vontade, já que boa parte deles se mostrou apreensiva apesar de disposta a colaborar, apresentou-se o roteiro da entrevista de forma integral, para que a gravação transcorresse de forma mais natural. Ao longo de cada fala, houve eventuais interferências para trazê-la de volta ao âmbito da entrevista ou resposta a dúvidas e repetição das perguntas. Visando sinalizar liberdade para um discurso menos elaborado e formal, o gravador ligado foi entregue aos entrevistados.

Todas as entrevistas seguiram o seguinte roteiro:

- 1) História de Vida;
- 2) Existência de vínculo com algum movimento social; Qual; Como é a vivência?
- 3) Como avalia os efeitos dos encaminhamentos coletivos na sua individualidade.
- 4) Pensando com liberdade, imaginando uma situação favorável, em que seus desejos, suas expectativas pudessem acontecer, como você estaria em cinco anos?
- 5) E para os seus filhos, o que você gostaria de ver acontecendo em 10, 15 anos?

As respostas das entrevistas na íntegra estão em anexo.

Os 12 entrevistados foram selecionados aleatoriamente, conforme sua disponibilidade em um momento de descanso no alojamento. Abaixo a relação dos sujeitos (nomes fictícios) que colaboraram com este trabalho:

<b>Sujeito</b>	<b>Idade</b>	<b>Reside</b>	<b>Leciona?</b>	<b>Militância</b>	<b>Filhos</b>	<b>Sexo</b>
Antonia	18	GO	Sim	Não	Não	Fem.
Bianca	37	MT	Sim	Não	3	Fem.
Claudio	33	GO	Não	Sim	2	Mas.
Diana	20	MT	Não	Sim	Não	Fem.
Elis	29	GO	Não	Não	Não	Fem.
Flora	22	MT	Não	Não	1	Fem.
Gabriela	20	GO	Não	Não*	Não	Fem.
Helena	35	GO	Não*	Não*	2	Fem.
Iara	26	GO	Não	Não	Não	Fem.
Joana	37	MT	Sim	Não*	3	Fem.
Katia	24	MT	Sim	Não	2	Fem.
Luiz	54	MT	Não	Não	5	Mas.

**Observação: Os nomes dos entrevistados foram substituídos.**

Helena é merendeira.

Helena, Gabriela e Iara tiveram relação com o MST no passado.

### **Capítulo 3 – Sujeitos do Campo: Relações entre o individual e o coletivo.**

Este capítulo procura evidenciar a relação entre a perspectiva dos sujeitos ouvidos nas entrevistas e a discussão sobre individualidade, coletividade e movimentos sociais levantada no capítulo dois. A perspectiva trazida, natural-

mente, tem muitas relações com a vivência dos sujeitos, com suas experiências pessoais, profissionais e sociais.

Por isso, o início apresenta um panorama da história de vida do grupo, que tem coisas em comum, a precariedade, contornada em muitos momentos pela solidariedade. A partir daí, procura-se entender melhor as relações dos sujeitos com os movimentos sociais e outras experiências coletivas.

### **3.1 – Histórico de Vida**

A história de vida dos entrevistados denota uma infância de muitas privações, pela falta de recurso das famílias, potencializada pelo grande número de filhos destas. Entre os entrevistados, o número mais baixo de irmãos foi 2 e os mais altos, 8, 13 e 16<sup>\*16</sup>. Já o número de filhos dos entrevistados, mesmo os não tão jovens, é sensivelmente menor. Cinco entrevistados não têm filhos e quatro deles têm 2 filhos. Bianca e Joana, ambas com 37 anos, têm três filhos cada. Luiz, aos 54 anos, tem 5 filhos, dos quais 2 adotados após o casamento:

“Aí, ela tinha dois filhos pequenininhos, um de dois anos e outra menininha de uns sete meses... eu tive mais três filhos com ela, aí ficaram cinco. O pai deles não tinha registrado eles, eu registrei todos eles no meu nome no caso e já fiquei com 5”.

Luiz se separou, após 20 anos de casamento. Um dos cinco filhos mora com ele e todos os membros da família, inclusive ele e a ex-esposa, mantêm a proximidade.

A entrevistada Helena, em três repetições em momentos diferentes da observação, demonstrou trazer muito vivas as dificuldades da infância, que incluíram fome e frio. Helena fez uma análise sobre o reduzido número de filhos que ela e os irmãos tiveram, entre 0 e 2, relacionando-os com as dificuldades trazidas pela escassez de recursos diante da prole de 12 filhos dos pais:

“As vezes eu penso que eu e minhas irmãs tivemos poucos filhos, tem uma que ligou as trompas com um filho só, porque a gente sofreu muito sem ter o que comer, de frio a noite... Tem gente que diz: em panela que come um, come dez. Mas na verdade, não come, sobrevive.” Helena

---

<sup>16</sup> Em sala de aula, durante a observação, Helena disse que tinha 10 irmãos, mas na gravação disse que tinha 16. Como a inconsistência foi percebida apenas durante a transcrição, não foi possível apurar o número real, por isso considerou-se o número informado durante a gravação.

Tradicionalmente, famílias que vivem em zonas rurais apresentam altos índices de natalidade. As gerações mais novas, conforme registram os censos do IBGE e ilustra a pequena amostra de entrevistados para este trabalho, estão desconstruindo essa tradição. A redução no número de filhos e a preocupação com recursos para mantê-los, no entanto, não parece prejudicar a valorização da vida em família. Antônia, mesmo após relatar todas as dificuldades em Vão de Almas, comunidade Kalunga sem água encanada e nem energia elétrica, na qual leciona, afirma que não descartaria a possibilidade de ter filhos lá, afirmando que:

“A gente não pode falar que não, né (risos). Eu acho que eu não queria. Mas não dá pra falar que não.”

Gabriela, após a infância vivida em um acampamento, aos 20 anos mora junto com a irmã em uma cidade afastada dos pais, dada a precariedade no assentamento. Apesar de não ver perspectiva na vida no assentamento, como todos os jovens, segundo ela, tem como maior objetivo para o futuro, voltar a viver perto da família:

“Pra falar a verdade, eu penso hoje, não vou mentir, como qualquer jovem do meu assentamento, do meu lugar pensa hoje, ninguém quer viver lá. Eu sinceramente, eu saí de lá há quatro anos. Eu, eu num... Eu gostaria de viver perto dos meus pais... onde a gente vive muito afastado hoje, isso trouxe uma separação muito ruim pra minha família, onde a gente é muito unido, assim pelos meus pais só tem nós duas de filhas, assim acho que afastou muito. Hoje eu pensaria muito... se fosse há um ano atrás, pelos acontecimentos que acontecem na vida da gente, eu não gostaria de viver lá, mas hoje assim, eu preferia estar perto dos meus pais, seja na roça ou na cidade.”

Promover a convivência familiar, idealizando um ambiente acolhedor aos filhos quando adultos, é também um objetivo relatado por Helena:

“Quanto eles terminarem a formação deles... para que um dia eles retornem e vejam que é lá que eles foram criados. Que é muito gostoso a gente ir na casinha onde a gente foi criado, passou a infância, o pé de manga onde você subia... então assim, eu quero que eles retornem, nem que seja como visita, porque a gente não cria os filhos para gente, a gente cria pro mundo.”

Essa alteração no perfil das famílias e das relações que se estabelecem em família decorre, em parte, da reflexão a que os indivíduos se deram ao direito. Observando seu passado, os pais de hoje escolhem, entre as tradições

que receberam, o que querem oferecer para seus filhos. Não querem mais que os filhos trabalhem em detrimento do estudo. Por outro lado, demonstram o desejo de manter a proximidade, a estrutura familiar coesa.

Kátia e seus 13 irmãos vivem na terra herdada dos pais, local no qual a cresceu trabalhando. A parcela destinada a ela pelo pai é pequena em relação à dos irmãos, não permitindo a produção agrícola. Ela e o marido são professores. Joana gosta de viver em sua comunidade e de lecionar lá. Sua única ressalva é a falta de oportunidades de trabalho e estudo na região, o que afastou a filha de 17 anos, que foi trabalhar em Cuiabá.

“Lá assim é muita dificuldade de emprego, trabalho em si até que tem, mas é difícil, não tem emprego, e o jovem não quer ficar, é difícil. Todo ano a gente perde uns 10, 8 jovens pra cidade que eles terminam o terceiro ano e não tem o que fazer. Minha filha está trabalhando em uma loja de cosméticos, em Cuiabá. Mas agente está vendo se consegue uma faculdade pra ela também.”

Entre os entrevistados mais jovens, o trabalho não aparece como impeditivo para o estudo, apesar de existir. Já entre os nascidos antes dos anos 80, alguns pais não se opunham ao trabalho como prioritário em relação ao estudo, coisa que os entrevistados como pais não praticam.

“Foi difícil pra mim, eu trabalhei na roça minha infância inteira, fazendo farinha, tudo. E não tinha escola, só até a 4ª Série e parei, né. Aí, só vim concluir o ensino médio já depois de casada, depois que eu tive minha filha.” Kátia.

“Eu tenho mais 7 irmãos, nós somos 8 filhos. Minha mãe estudou até a quarta série, mas sempre quis que a gente estudasse. Eu lembro dela com o carrinho, vendendo lenha, fazendo serviços, pra poder comprar as coisas pra gente ir pra escola. A escola ficava 2km de casa, nós íamos a pé. Meu pai, que era sanfoneiro, tocava em festas, casamentos, sem cobrar, não gostava que os meninos trabalhassem na cozinha, mas nós (filhas) trabalhávamos na cozinha e na roça. Por isso nós trabalhávamos de segunda à segunda. Mas minha mãe, sempre que meu pai não estava, colocava os meninos pra trabalhar na cozinha também.” Elis.

Assim como na colocação acima, de Elis, a questão de gênero também apareceu em outro momento, indiretamente. Helena contou que o pai, quando alcoolizado, agredia as filhas física e verbalmente e enaltecia o único filho do sexo masculino – que foi adotado com necessidades especiais físicas e mentais. Flora, que afirma nunca ter precisado trabalhar, e Antônia, que durante a

infância acompanhou a mãe em suas atividades como professora, cresceram em cidades, não demonstraram ter tido difícil acesso à educação por algum motivo.

No entanto, a dificuldade de acesso à escolarização é presente na fala dos entrevistados. Dificuldades de acesso físico à escola, sacrifícios dos pais para a compra de materiais, necessidade de trabalhar em detrimento do estudo, somados à ocorrência de situações de preconceito, compõem o panorama.

Duas entrevistadas que passaram parte da infância em acampamentos de reforma agrária falaram sobre isso.

“Eu moro com meus pais, tenho uma irmã... sim, quando eu estava... quando a gente era criança, a gente ia pra escola e a gente combinava de não contar como a gente vivia (no acampamento), porque a gente sabia que as pessoas iam falar: olha lá, olha as Sem Terra. Então a gente não falava.” Gabriela

“Então surgiu a questão do MST, o trabalho de base, e seguimos rumo ao acampamento em Nova Olímpia, quando eu tinha cinco anos de idade. A escola lá não existia, então a gente tinha que ir estudar fora, o que era difícil, porque as pessoas olham torto pra você quando você é do Movimento.” Diana

### **3.2 – O Vínculo com os Movimentos Sociais**

Um elemento importante que surgiu espontaneamente e de forma sutil nas entrevistas foi a desaprovação que alguns dos entrevistados dirigem ao MST e às ocupações de terra.

“Aí surgiu a oportunidade de ter um lote, num assentamento, através de sindicato, não foi invasão, foi desapropriação. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum. Meu marido ficou acampado seis meses, pra pressionar um pouquinho pra agilizar.” Bianca.

“Hoje eu moro nessa terra no caso, né. Isso foi assim, foi ... como eu vou te falar... Não, não, não foi (através do MST ou de sindicato). O Incra passou por lá fazendo uma visita e tinha sobrado um restante de terra, esse restante de terra era mais ou menos seis lotes. Daí eu fui informado que esses lotes iriam ser passados pras pessoas que quisessem, né. Aí, a gente se juntou, seis garimpeiros no caso e.. e ocupamos. Tipo ocupação, né.” Luiz

Nas falas acima os sujeitos desvinculam seu acesso à terra de “invasões”. A vivência na LEdoC, no entanto, tem contribuído para desmistificar essa visão da reforma agrária e do MST, como revelou Elis:

“Eu nunca tive nenhuma relação com o MST, porque assim, agora que eu estou aprendendo aqui. Porque antes a gente pensava, vamos ficar longe deles, porque eles são baderneiros, fazem invasão.”

Estas manifestações de desconforto moral com ocupações são uma das questões subjetivas que pode ser considerada pelos movimentos sociais do campo, no sentido de trabalhar por uma aceitação mais profunda de seus integrantes:

“No entanto, a pesquisa em Quinteiro, em Goiás, mostra que os assentados querem reformular a própria imagem, querem ser considerados como pessoas corretas, ordeiras, ajustadas aos valores da ordem. Esse é o embate cotidiano, que está fora do controle da política de reforma agrária.” (MARTINS, 2003, p.143).

Houve cinco entrevistados que relataram ter vivenciado alguma relação direta com os movimentos sociais do campo, dois deles de forma positiva, dois de forma negativa e um de uma maneira bem particular. Diana que é militante do MST, ligada aos setores de Educação e Produção, só concordou em conceder a entrevista sem estudar as perguntas antes, mediante a argumentação de que se tratava de um assunto extremamente subjetivo, que dispensava embasamento teórico. Ela apresenta um discurso sem nenhuma ressalva ao movimento. Iara, que é filha de um ex-líder de sindicato, passou a infância em meio a reuniões de militância, lembra de maneira positiva dessa época e atribui ao Movimento a melhor situação de vida que sua família tem hoje, administrando suas pequenas propriedades.

“Uma cidadezinha pequena, onde morei com meus pais até os 8 anos, nesse local, aí depois a partir disso... tenho 5 irmãos, onde hoje são todos casados, só eu que moro mais próxima do meu pai. Hoje a gente mora num assentamento, Assentamento Roseli Nunes, que foi através do Movimento, do MST, que ficou, meus irmãos também todos moram lá, só que são casados, mas cada um tem o seu sítio, graças ao MST.” Iara

Helena e Gabriela não integram mais movimentos sociais do campo. Suas famílias moram em lotes obtidos através do trabalho do MST, mas ambas alegam algum desconforto com as lideranças. Com o nível de agressivida-

de com que as lideranças atuavam nas reuniões ou com o estremecimento na confiança, como coloca Gabriela passou boa parte da infância acampada:

“No nosso assentamento, a gente trabalha com o MST, né. Hoje o Movimento não está presente, assim não está muito mais forte no assentamento. Assim, a coletividade... antes era muito boa, há um tempo atrás, o pessoal estava sempre muito junto pra ir nas manifestações, o que fosse preciso, o pessoal estava sempre reunido pro que der e vier. Por falta de...companheirismo, por falta de confiança, por causa das lideranças, o pessoal não acredita mais, perdeu a confiança. Os líderes assim... não sei, a confiança que o pessoal depositava neles, eles desperdiçaram assim, enganando o pessoal. Deixou de correr atrás do que o pessoal sempre esperava, foi isso.” Gabriela

Indagada duas vezes sobre os motivos dessa perda de confiança, Gabriela não respondeu, apenas balançou a cabeça. O relato de Helena ressalta, além da agressividade excessiva, como outro elemento desagregador nos assentamentos a concorrência de movimentos sociais hostis entre si:

“Quando a gente entrou no assentamento, eu entrei pelo MST, movimento MST, na época da invasão. Hoje eu não sei mais... de que movimento a gente ainda está, porque está uma coisa indefinida. A gente não sei mais que movimento está predominando dentro do assentamento. Associação né, só que as associações abriram uma briga muito grande entre si, atualmente a gente não está mais associado, porque enquanto elas não resolverem, não tem como. É, mas lá atualmente as associações fizeram foi dividir as pessoas, né.” Helena.

“Bom, é porque nas reuniões, eles brigam entre si, os líderes né, fica uma coisa muito chata, eu mesma, atualmente, eu não gosto de ir nas reuniões. Porque você ir ver um líder querendo esmurrar a cara do outro é um clima ruim. Não nem pra levar os filhos na reunião assim. Não tem como.” Helena

Luiz classifica sua relação com o MST como boa, mas se ressentido da falta de apoio para a solução de questões práticas:

“Aqui eu me juntei ao MST, porque a irmã da minha mulher era do MST e agora estamos esperando a demarcação das terras. A terra o Incra já comprou e colocou nós lá e nós estamos lá como se fosse ainda um acampamento. A gente não sabe onde plantar ainda. Assim, o MST é bom... mas ele não ajuda pra muita coisa. Quem está ajudando mais aqui é a UnB, que fala que é o MST, mas é a UnB. Pra ensinar a gente e mesmo pra conseguir as coisas.”

Ele demonstra confiar em sua força de trabalho e se mostra solidário e amigável, apesar de desinteressado em produzir coletivamente, dadas as dificuldades de negociação sobre a divisão do trabalho e dos produtos dele:

“A minha previsão é plantar. Tudo que for de vantagem pra gente utilizar, eu quero plantar. Pela expectativa deles, cada um vai plantar na sua terra. Eu não sei. Se eles quiserem formar um coletivo, uma parceria, eu posso apoiar eles. Agora se eles quiserem fazer individual eu vou fazer individual. O bom do coletivo é porque muita gente trabalhando tudo unida, tendo organização, é muito bom. Mas na maioria dos coletivos, as pessoas são desorganizadas, um trabalha, o outro não, uns fazem, outros não fazem. Eu trabalhava por muitos deles, que falavam que tinham que resolver um negócio, que não podia. E nós começamos a descontar, a descontar. Vamos supor que a gente fizesse um coletivo que desse cem sacos de feijão. Nós éramos 4. Toca 25 sacos pra cada 1. Aí nós tirávamos o dia que ele não ia, de cada dia que ele não ia, a gente tirava 1 saco. E aí funcionava e não funcionava, porque ele não gostava. Ele falava: Ah, mas eu fiquei esse tempo todinho com vocês. E eu disse: ficou, mas não ficou. No dia em que a gente precisava, você não ficou. No final ele, tem o mesmo direito que eu que faço. Bom, eu, como estou falando, sou ponto pra trabalhar no coletivo a qualquer hora, mas tem deles que não quer, né. Não tem tempo. Eu não, eu tenho tempo, tenho disposição e sei mexer com um bocadinho de coisas.” Luiz

Diante do questionamento sobre um futuro ideal, os entrevistados foram unânimes em vislumbrar leves melhorias na condição atual: a conclusão do curso, a efetivação na vaga temporária na escola, a regularização da documentação da terra conquistada, a viabilização da produção, a obtenção de financiamento, a melhoria do salário atual, a criação e educação escolar dos filhos. Diana, que é militante do MST, e Lara forneceram uma resposta sobre sua idealização para o futuro com uma perspectiva mais direcionada para o bem comum:

“Já estamos pensando, já temos alguns projetos lá no assentamento, estamos organizando cooperativas.” Diana

“Assim, eu estaria morando onde eu estou, no sítio, no assentamento, trabalhando com a comunidade, como eu sempre trabalhei. Só que estaria trabalhando com um saber melhor, pra trazer melhorias pra comunidade.” Lara

### **3.3 – A Relação com o Coletivo**

Diana, mesmo não tendo estudado as perguntas da entrevista como solicitou anteriormente, manteve suas respostas aparentemente alinhadas com o discurso do MST, através do qual ela chegou à LEdoC e a um curso técnico que faz paralelamente, de Agroecologia. Exemplo dessa fala mais embasada teoricamente é sua definição de individualismo: “um traço do capitalismo a ser superado através da coletividade”. O diálogo que segue, por ser bem ilustrativo, será reproduzido na íntegra:

Pergunta: E a vivência na coletividade atende às suas expectativas individuais?

Resposta: “Assim.. sim, quando... através da coletividade nós podemos realizar diversas atividades, a coletividade é um grande passo para que as coisas aconteçam... pra fazer uma luta... se todas as pessoas se unirem, com certeza melhoram as coisas”.

Pergunta: Mas e as suas expectativas, você é um indivíduo também?

Resposta: “A-hã.”

Pergunta: Suas expectativas, elas são atendidas? Ou a coletividade atrapalha um pouquinho, alguma coisa?

Resposta: “Não, assim, na coletividade, no grupo coletivo né, é, é... bem. Como assim?”

Pergunta: Da sua individualidade, existem expectativas individuais que você não consegue atender por ter que atender demandas da coletividade?

Resposta: “Não, assim, a gente tem que entender, então, são coisas assim, um processo de formação. Quando você, como eu disse, eu sempre fui, participei do MST, eu tenho 20 anos de idade e nesses 15 anos de Mato Grosso, do MST do Mato Grosso, então assim, eu já... quando chego nesses locais assim (dormitório coletivo da LEdoC), eu não estranho mais. Quando as pessoas são formadas e elas pensam diferente, se acreditam na coletividade, tudo pode acontecer.”

A fala de Diana responde a todas as cinco questões bem diferenciadas com respostas similares e não menciona nenhum tipo de restrição ou dúvida – aparentemente sem se permitir espaço para suas reflexões sobre o tema. Essa possível repetição do discurso militante pode sugerir uma dificuldade de acesso à própria individualidade, de perceber a relação entre indivíduo e coletivo e a possibilidade de conflito. Mesmo após ouvir a pergunta de formas diferentes por três vezes, ela não entrou na questão. E ela finaliza sua fala com uma colocação que atribui à fé na coletividade um poder de realização total:

“..se acreditam na coletividade, tudo pode acontecer.”

Entre os demais entrevistados, que apresentaram um discurso mais heterogêneo sobre suas experiências de coletividade, pode-se perceber uma relação predominantemente positiva com o coletivo. Há restrições e reconhecimento das dificuldades dos encaminhamentos coletivos, mas ninguém manifestou explícita ou implicitamente o desejo de viver de forma mais individual.

“A gente não pode aprender só com o seu individual, tem que aprender a conviver com a diferença. Porque o mundo é um coletivo. O mundo não é uma coisa assim que é só meu ou só seu.” Luiz.

É importante destacar que a noção de coletividade dos entrevistados é bem diferente da coletividade voltada para a produção, pensada para ocorrer nos chãos de fábricas, em que os operários tinham convívio diário por 10 horas seguidas, e horários de refeição destinados a deliberações. Consequentemente, a coletividade que os acolhe é diferente também da coletividade que captou Diana, uma coletividade com objetivos práticos e políticos. A coletividade que os sujeitos entrevistados vivenciam de forma positiva referencia a família, a solidariedade e a igreja.

“Sempre tem um colega que não se sente bem, que se afasta da turma. Mas com amor e carinho a gente consegue trazer ele para perto. Quanto mais tem pessoas que tentam se afastar de mim, mas eu me aproximo delas... Na minha casa sempre teve isso, a nossa **família** é muito grande, muito unida, a gente sempre viveu na coletividade.” Flora.

“Pra mim, a coletividade eu acho que é importantíssimo, porque sozinho a gente não consegue nada. Sozinho, se a gente não se organizar. Lá nós somos 23 famílias. Tanto é que eu estou sempre em frente lá, né, tem **a igreja, a catequese**, estamos tentando formar um grupo de mulheres.” Kátia.

“A convivência coletiva é muito bom, até porque, dentro da **família** nós trabalhamos muito o coletivo, sabe. Que a gente, tudo, de alimentos, tudo a gente divide. De três tomates, a gente divide meio para cada” Joana

“Eu já estou um pouco acostumada a mas em coletivo, mas minha vivência na casa, não tenho o que reclamar muito não. Tem os conflitos, que tudo existe, né. Até quando a gente **mora com nossos pais** tem conflitos, imagina morando com pessoas que a gente não conhece, né.” Antônia

“E compartilhar todo o meu conhecimento com as pessoas em geral. Porque **Deus** nos colocou aqui não é pra acumular riqueza, nós estamos aqui pra viver, pra trabalhar pra viver e não viver só pra trabalhar.” Elis

“A vivência coletiva que eu tive foi que meu sogro montou uma casa grande no início onde **várias famílias foram morar**. Eram muitos adultos e muitas crianças vivendo. Nós convivemos alí durante seis meses, quatro famílias, depois ficamos mais dois anos em três famílias.” Bianca

“A vivência coletiva está sendo pra mim, não surpreendente, porque eu já tive momentos de coletividade, eu **sou catequista**... Na minha casa sempre teve isso, a nossa **família** é muito grande, muito unida, a gente sempre viveu na coletividade.” Flora

Flora é catequista, fala de sua experiência com a Igreja e com a família. A Igreja também surgiu na fala de Joana, ambos os casos podem sugerir uma ressignificação da relação com a Igreja, de protagonismo, com elas atuando, ensinando, mobilizando pessoas.

É interessante também como um mesmo fato narrado como exemplo de privação, ganha na sequência um complemento positivo, que demonstra a solidariedade de alguém. É o caso de Helena, que lembra com emoção da fome frequente e do frio que passou em muitas noites na infância, mas também das professoras que já a alimentaram e agasalharam. Ou de Elis:

“Morei com meus pais até os 15 anos, mas durante esse período eu às vezes, eu morava com outras famílias, passava uns três meses na cidade, afim de buscar um aprendizado maior. Eu tenho mais 7 irmão, nós somos 8 filhos. Minha mãe estudou até a quarta série, mas sempre quis que a gente estudasse. Eu lembro dela com o carrinho, vendendo lenha, fazendo serviços, pra poder comprar as coisas pra gente ir pra escola. A escola ficava 2km de casa, nós íamos a pé..” Elis

“Mas a gente contou muito com a solidariedade de muitas pessoas, de pessoas, a gente tem que agradecer, de professores, que viam que a gente estava com fome a arrumava o que comer, que arrumava roupa pra gente.” Helena

Joana e seu familiares têm uma relação de auxílio mútuo e intimidade forte, tanto que, ela deixou o filho de 8 meses sendo amamentado pela irmã em casa para poder se deslocar para este Tempo Escola. Ela conta com orgulho que na infância sua mãe já quebrou com a pedra uma pequena bala, para que todos os irmãos pudessem ter um pedaço:

“A gente, a gente costumava, desde pequena, a gente costumava, a minha mãe criou a gente assim, se fosse uma balinha, ela quebrava com uma pedra e dava um pedacinho pra cada um.” Joana

Apesar de valorizarem a coletividade, estes sujeitos pesquisados apresentaram uma percepção mais realista, considerando elementos controversos. Há críticas à vida coletivizada, além do reconhecimento de que viver coletivamente traz benefícios, há a percepção de alguns de ônus:

“As vezes ajuda e as vezes atrapalha viver em coletivo, porque você não tem liberdade nenhuma. Tudo... Eu mesma, sempre gosto de ficar na minha. Aí você vê uma coisa errada e não pode falar nada. Se fosse uma convivência, cada um tivesse seu espaço, teria mais privacidade, a gente não tem privacidade nenhuma. Ainda mais lá que é só eu de mulher, eu me sinto isolada, não tem ninguém pra conversar, porque homem é diferente de mulher.” Antônia

A dificuldade de conviver com posturas e modos autoritários dos colegas é apresentada também. Ao assumirem a organização de atividades do curso, alguns colegas se reportaram ao modelo de autoridade inflexível a que provavelmente foram expostos ao longo da vida, gerando desgastes.

“Essa semana mesmo foi muito difícil, tem gente que não sabe conviver, em vez de organizar, quer mandar nos outros. S. (um colega da LEdoC) era o responsável pelo café da manhã. O J. que nunca se atrasa, se atrasou esse dia. Então ele mandou retirar o café da manhã, para que o colega não comesse. Eu fui buscar o café pro colega e nós brigamos.” Helena.

“Vem da infância, porque eu já morei na casa de outras pessoas por necessidade, muitas coisas que a gente tem que aguentar, tem que ouvir muita coisa calado. Eu já estou acostumada.” Elis.

“Eu nunca vivi com tanta gente assim. É como eu falei. O coletivo, sempre tem um que é mais autoritário. O que atrapalha no coletivo é que muitos não ajudam, a gente tem sempre reunião, CPP, essas coisas, a gente vai tentar fazer um coletivo é onde que muitos ignoram, são brutos, não sabe conversar.” Antônia

“Pra mim, igual aqui (LEdoC) a gente vivendo coletivo, pessoas de várias, de regiões bem diferentes... que nem lá, são pessoas da mesma região, que a gente conhece desde pequeno. Mas aqui o coletivo a gente pode ter estranhamento, mas eu já convivi com o coletivo e a gente tem a maneira de se lidar com isso, entendeu.” Iara

A assunção de padrões de relacionamento autoritário, acontece também com as lideranças em acampamentos e assentamentos, como atesta Martins

em O Sujeito Oculto e como reportaram Helena e Gabriela, que se afastaram do MST em parte por não estarem dispostas a conviver com brigas entre os líderes nas reuniões. Na fala de Gabriela fica claro também o poder de desarticulação que líderes despreparados, seja por uso indevido do poder, seja por inabilidade de comunicação e gestão, tem sobre o grupo.

“Porque antigamente montava lavoura junto, horta e com essas brigas de associação, se um consegue o adubo o outro barra, pra não vir.” Helena.

A briga, a afronta, a desqualificação do oponente é tida como algo desagradável, mas normal. Helena e Gabriela percebem como opções conviver com a agressividade excessiva dos líderes, ou o afastamento dos movimentos sociais. Isso sugere que o estabelecimento de limites claros sobre o que é aceitável nas relações é necessário à melhoria nas relações na coletividade, familiar ou não. Nesse sentido, considerar os recortes que Muller faz sobre agressividade, conflito e violência pode amparar uma melhoria e até ampliação do círculo coletivo em que as pessoas se inserem. Segundo o autor, a assunção do conflito é o primeiro passo para o exercício da cidadania. Por outro lado, a limitação da agressividade e interdição da violência, são fundamentais para a consolidação da cidadania.

Segundo os relatos ouvidos, a superação desse etos que aceita o grito, a imposição, a desqualificação, e até a violência física, como desagradáveis, mas aceitáveis, pode ser um objetivo importante da Educação do Campo. Esse assunto já é tratado, mas o agressor é sempre o outro, o latifundiário, o Estado, o capitalista. Porém, para melhor estruturação da comunidade, para a ampliação dos laços de confiança entre parceiros e consequente solidificação da estrutura coletiva, é importante trazer a essa reflexão para dentro do grupo.

O relato dos entrevistados e algumas passagens do livro O Sujeito Oculto, que retrata a desarticulação e desamparo de acampados e assentados, geram a impressão de que as pessoas se aglutinam com todas as forças na superação de um obstáculo comum, mas quando este é superado, há o esfacelamento do grupo. A falta de diálogo, a fuga do conflito por associá-lo a rompimento ou considerá-lo brutal, e o direito à violência física ou verbal confiado a alguns sujeitos, por exemplo lideranças que brigam aos gritos em reuniões,

não permitem a real interação de indivíduos em uma coletividade. Ao contrário, agrupa pessoas em situações limite, em que demandas individuais e mesmo coletivas, mas fora da pauta dos líderes, não são encaminhadas, levando-as a buscar coletividades mais familiares.

Aprender a perceber o conflito sem a cortina de fumaça produzida por ânimos exaltados, por relações afetivas estreitas e pelo medo, pode contribuir para a solução de vários obstáculos, como a divisão do trabalho. Ao ouvir os relatos sobre a divisão do trabalho no dormitório da faculdade ou nos assentamentos, surpreendentemente, reflete-se sobre palavra exploração – apesar dela não ter sido trazida pelos entrevistados.

“Aí nós tirávamos o dia que ele não ia, de cada dia que ele não ia, a gente tirava 1 sa-co. E aí funcionava e não funcionava, porque ele não gostava. Ele falava: Ah, mas eu fiquei esse tempo todinho com vocês. E eu disse: ficou, mas não ficou. No dia em que a gente precisava, você não ficou. No final ele, tem o mesmo direito que eu que faço.” Cláudio.

Na história do campesinato brasileiro há passagens em que grileiros cediam terras para famílias cultivarem e depois as tomavam, juntamente com o produto do trabalho. Há relatos de situações que seguem a mesma lógica em assentamentos hoje. O abuso do fraco pelo forte, do pobre pelo rico não ;e menos prejudicial do que à do pobre pelo pobre. Mas ela é tratada de forma mais branda, ou sequer é reconhecida, entra na instância do popular “deixa disso”.

Em relação à produção coletiva fora da família, os entrevistados predominaram em dizer que a coletividade é boa para obter financiamentos e outros benefícios, mas prejudicial à eficiência.

“E tem sempre aqueles que querem atrapalhar, né, eu acho que eles não têm uma visão do que seria melhor. Eles acham que tudo é difícil, que nada vai conseguir. Então sempre tem aqueles que vai um dia, vai dois dias, depois se afasta e acaba atrapalhando aqueles que buscam alguma coisa.” Kátia

No mesmo sentido, Cláudio:

“Mas a maioria do coletivo, as pessoas são desorganizadas, uns trabalham, outros não, uns fazem e outros não fazem e no final, tem o mesmo direito que eu que faço.”

Conforme relato anterior, Cláudio relatou que, em certo momento, tentou repartir a colheita de maneira proporcional à presença de cada pessoa durante o cultivo. Mas isso gerou desentendimento, não resolvendo o problema. Nesse sentido, o planejamento e fechamento de acordos minimizariam rupturas como essas. E isso não costuma ser feito. Segundo os relatos, a coletividade vivenciada pelos entrevistados, mesmo entre pessoas de famílias diferentes, é normatizada pelo bom senso. E o bom senso algo é variável, por isso é necessário *o planejamento e fechamento de acordos*.

O investimento no desenvolvimento de um novo acordo, no qual não se pode desqualificar o outro através de insultos, mas sim a si mesmo pelo descontrole da própria agressividade e uso da violência poderia levar a coletividade a outro patamar produtivo. A divisão entre quem luta e quem não luta ganharia um olhar mais complexo, com foco em como e pelo que se luta. Isso daria ao conflito o espaço privilegiado de propulsor das mudanças sociais, algo indispensável, mas que precisa respeitar regras para ser acessível a todos. A aceitação da agressividade e da violência como elementos de persuasão só beneficia aos fortes, ainda assim, de maneira limitada.

A assunção do conflito, em moldes civilizados, proporcionaria a não militantes a percepção da ocupação de terras não como uma ilegalidade, mas como o desfecho de um conflito, coisa a que todos têm direito e dever como cidadão. Ajudaria a militantes a interagir com o movimento social de forma mais emancipada, livre para discordâncias e reflexões. Ajudaria as lideranças dos movimentos e comunidades a efetivamente dialogarem sobre as questões comuns, sem se basearem no valor de seu papel social e na discussão violenta, que oprime e afasta as pessoas que compõem o grupo.

O delineamento de comportamentos respeitosos, não invasivos, não violentos e intimidadores, é um passo importante para o estabelecimento de relações mais saudáveis. Assim, a diversidade e complexidade de cada indivíduo podem aflorar e enriquecer a dinâmica social. A sociedade de risco propõe articulações e desarticulações mais rápidas, sobretudo por objetivos e não por

fidelidade ideológica ou exclusivamente pela habilidade persuasiva de lideranças.

Os entrevistados nesse trabalho, em sua maioria, demonstraram sentirem-se livres o suficiente para se conectar ou desconectar dos movimentos sociais instituídos. Revelaram também a necessidade de viver em família, uma família diferente da conduzida pelos pais, que tinha muitos filhos, pouco diálogo e quase nenhum planejamento. A família que atrai essas pessoas é uma reconstrução, um reencaixe, na qual a mulher tem força, econômica e política, e em que a afetividade e o acolhimento são um conector.

A negação da opressão, da violência física e verbal, a valorização do respeito e do carinho, são premissas para o delineamento e expressão de individualidades, necessárias ao exercício da subpolítica, ou micropolítica. Helena e Gabriela se deram ao direito de virar as costas para lideranças que as faziam sentir agredidas ou lesadas. O próximo passo é perceberem que elas mesmas podem, assim como qualquer indivíduo, assumir a posição de liderança em determinados projetos e de lideradas participativas em outros.

## **Considerações Finais**

É impossível pensar a Educação do Campo sem contextualizá-la na realidade dos sujeitos a que essa educação se destina. É preciso considerar as particularidades históricas, culturais, econômicas, de saúde, produtivas, entre outras. Para que a educação e as outras questões inerentes à vida no campo sejam pensadas e direcionadas ao atendimento das necessidades e à promo-

ção das potencialidades da população em questão, é importante que seja feita também uma contextualização mais ampla. A aproximação da Educação do Campo do contexto explanado por Giddens e Beck, sujeito às consequências da globalização, da destradicionalização e alteração de estruturas sociais básicas como a família e as classes sociais. Ela possibilita um outro olhar sobre o desenvolvimento da autonomia, que ressalta a importância da valorização das demandas dos indivíduos na coletividade.

Os entrevistados demonstraram uma característica dissonante da visão dos autores: a família é muito estruturante na vida dessas pessoas. Ela é fonte de segurança e satisfação pessoal. O futuro sonhado por todos os entrevistados inclui o convívio com os familiares, a proximidade dos pais, filhos e netos. Por outro lado, em alinhamento com o panorama traçado pelos autores, as mulheres realmente têm uma participação importante na condução da vida familiar e comunitária. Elas se ligam à Igreja de forma afetiva e alegre, catequizando, liderando movimentos, o que de certa forma reinventa essa relação.

Como afirma Martins, e ilustraram as falas de Cláudio, Helena e Iara, as relações com os movimentos sociais têm sido amparadas por uma lógica clientelista, na qual os cidadãos, já não contando com o Estado, percebem no movimento social a possibilidade de acesso a recursos, como financiamentos. Essa dinâmica conta com a participação de lideranças e liderados, que tendem a repetir os padrões de relação conhecidos. Os entrevistados, exceto um, demonstraram não se identificar com o discurso aguerrido praticado pelas lideranças nos assentamentos. Isso deveria levar os movimentos sociais a se perguntar: o que querem as pessoas? Como querem se comunicar? O que valorizam? Quais seus objetivos? Contar apenas com a necessidade de aglutinação produzida pela miséria não ajudará na formação de indivíduos emancipados, capazes de se articularem e rearticularem segundo interesses e necessidades, em redes de “sub-política” ou de “política-vida”.

Nesse contexto, o entendimento do processo de individualização é necessário. É nele que se forjam cidadãos capazes de identificar suas necessidades e possibilidades de se conectar com outros cidadãos em nome de objetivos

comuns, estabelecendo coletividades fortes e inteligentes. Individualização significa o reconhecimento da inexistência das certezas sinalizadas pela sociedade industrial e a necessidade da criação de novas certezas para si e, dialogicamente, para a sua comunidade.

As novas tecnologias e estruturas sociais, como a família, proporcionam o ambiente adequado a uma mudança na ordem social baseada na participação não-violenta dos indivíduos. As instituições, os governos, as organizações, as Igrejas despertam dúvidas nas pessoas. Elas não desistiram de se organizar, mas percebem que há risco de vícios, corrupção e ineficácia em tudo. A apropriação do poder da coletividade por poucos indivíduos pode resultar em uma versão similar à utilização do bem público em benefício privado.

Se a expectativa pela boa vontade, bom senso e honestidade das lideranças políticas está em decadência nesse momento de descrença generalizada, a necessidade de emancipação e promoção da diversidade crescem. Não como um modismo, mas como produto das inovações que a sociedade pós-industrial trouxe e da reflexão sobre novas formas de organização política. “Pode-se injetar o bem comum nos corações das pessoas como uma vacina obrigatória. Esta ladainha da comunidade perdida permanece dualista e moralmente ambivalente, enquanto a mecânica da individualização permanece intacta, e ninguém realmente as questiona seriamente nem deseja ou é capaz de fazê-lo.” (BECK, 1994, p.28).

A individualização, a construção da própria biografia, necessita da presença e dos limites representados pelo outro, destaca cada um dos indivíduos da massa, trazendo a consciência de seu poder e responsabilidade, emancipando-os. “O projeto reflexivo do eu, uma característica básica da vida cotidiana no mundo pós-tradicional, depende de uma quantidade significativa de autonomia emocional (GIDDENS, 1994, p.93)”. Os indivíduos comprometidos consigo mesmos, lastreados em sua própria subjetividade, minimizam a suscetibilidade irrefletida às diversas formas de influência, reduzindo a sujeição a manipulação.

Essa questão da autonomia emocional é um assunto que chama à reflexão os educadores. Nesse sentido o trabalho de Jean-Marie Muller pode prestar auxílio. Desenvolver pessoas capazes de perceber com clareza onde termina a sua liberdade e começa a do outro, e como se faz para, de comum acordo, compartilhar esses espaços é a essência da teoria sobre não-violência na educação. Especialmente na Educação do Campo, que envolve sujeitos que em muitos casos tiveram uma experiência íntima com a violência, a definição e prática de limites para o que é ou não aceitável como elemento persuasivo é fundamental. Pode parecer banal ensinar que gritar, ameaçar e se recusar ao diálogo respeitoso são gestos inaceitáveis num mundo civilizado. Mas a experiência diária mostra que não é.

A História tem comprovado repetidamente a validade do ditado popular: “de boas intenções, o inferno está cheio”. O delineamento da individualidade é necessário ao exercício da cidadania, que ganha força na coletividade, mas precisa da polifonia produzida por sujeitos independentes e diversos para manter a inteligência.

A leitura deste trabalho pela banca trouxe questionamentos importantes, que proporcionaram algumas correções de rota. Um deles era: Mas estamos exigindo dos outros o que nós mesmos não damos conta de fazer? Para isso tenho duas respostas. Primeiro, penso que talvez ideia de Utopia – lugar onde todos vivem em harmonia e trabalham pelo bem comum, delineada por Thomas Morus - que vislumbrei na Escola Chácara Crescer, na qual votei pela primeira vez aos cinco anos, tenha ficado em mim. Mais cética, racional, desafiada pelos últimos vinte anos de História. Em segundo lugar, tenho me empenhado e obtido resultados positivos com a prática da não-violência, apresentada por Muller. Acredito nela como importante ferramenta para a cidadania e para o bem viver. Um passo depois do outro, acredito que nós damos conta, sim.

## **Perspectiva de Futuro**

Há cinco anos eu era jovem o suficiente para escrever uma bem delineada perspectiva de futuro. De lá para cá, caí em muitas tocas de coelho, como uma Alice. Como qualquer pessoa. Mas de lá para cá também, li Herman Hesse. E passei por mais um período de psicanálise.

Entendi que os descaminhos que a vida nos propõe ou impõe são, na verdade, o único caminho possível. Sidarta sai de casa em busca da iluminação. Primeiro ele tenta através da abstenção, da privação. Depois, tenta transcender pelos dos excessos, pelos sentidos. Por fim percebe que a conexão

com o divino está no fluxo, em entender e interagir organicamente com os movimentos da vida.

A leitura de Giddens e Beck trouxe uma curiosidade importante por uma das nuances desse fluxo da sociedade moderna, diferente da repetida de forma simplificada na escola desde ensino fundamental até à graduação. Então, estudar sociologia faz parte das minhas perspectivas de futuro. Pretendo continuar meus estudos independentes sobre violência, que no momento ocorrem pelas mãos de Jacques Sémelin, com sua análise dos usos políticos do genocídio em *Purificar e Destruir* e tem Hannah Arendt e mais Jean Marie Muller na fila.

Um dos comentários do Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Ricardo Toledo Neder durante a apresentação do trabalho me fez perceber o real foco desse interesse, que na verdade tem seu centro no conflito. E a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Claudia Valéria de Assis Danas com um de seus comentários escritos na primeira versão do trabalho voltou meus olhos para o que ela chamou de “planejamento e fechamento de acordos”. Estudar a criação de espaços e mecanismos para discussão do que quer que seja, evitando o fracasso que a violência em todas as suas formas representa é uma perspectiva intrínseca ao meu percurso.

De um ponto de vista mais prático, considerando que este trabalho encerra uma graduação, pensar em uma opção para a continuação dos estudos formais também está em perspectiva. E estudar línguas estrangeiras com método é uma ação atrasada. Enfim, sem certezas, mas com direções, há muito em que fluir.

## Referências Bibliográficas

ARAUJO, Aline Barbosa de; LOPES, Eliano Sérgio A. A Formação do Educador Popular nos Assentamentos de Sergipe. In: ANDRADE, Marcia Regina et al. **O Pronera e a Reforma Agrária**. Brasília: Pronera, 2004. P. 229-250.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou Capitalismo**. São Paulo: Unesp, 2002.

BECK, Ulrich. GIDDENS, Anthony. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1994.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, Helana Célia de Abreu – Educação do Campo e Formação Política – In: SAQUET, Marcos Aurélio et al. **Territorialidades e Diversidade nos Campos e nas Cidades Latino-americanas e Francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MARTINS, José de Souza – **O Sujeito Oculto: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MST/ITERRA. Boletim da Educação, Número 8. Rondônia: Gráfica ABG, 2001.

MULLER, Jean-Marie. **Não-Violência na Educação**. São Paulo: Palas Athena, 2000.

## **Anexo I – Transcrição das Gravações**

**Antônia – Sou M., nasci dia 25 de Março de 1993**, em Campos Belos de Goiás. Moro com meus pais, tenho 3... 4 irmãos, sendo que dois moram em Formosa e dois moram em Campos Belos. É... deixa eu ver... hoje eu moro na comunidade Calunga, onde eu dou aula, no Vão de Almas, com mais três professores. Onde há dois quartos repartidos entre nós quatro, onde eu leciono do sexto ao nono ano, das matérias de História, Artes, Português, Ensino Religioso e Ciências. Cheguei aqui... trabalhava na comunidade Ema na época em que fiz o vestibular aqui na UnB. Fiquei sabendo em última hora. Na primeira turma, que é a turma 3 eu não consegui passar. Não houve vestibular no ano passado, mas houve repescagem e ficaram 60 depois, dos que foram aprovados.

Em minha história de vida, sempre morei na cidade. Meus pais que foram do campo, meu pai passou muita dificuldade, morou no campo muito tempo, depois se casou com minha mãe, depois morou na cidade. Eu passei a morar no campo depois que comecei a lecionar nas escolas Calunga. Trabalhei na escola do Saco Grande, depois trabalhei no Ema e agora trabalho em Vão de Almas, que é um lugar de difícil acesso, não vai carro, não tem água encanada, não tem energia. Só a escola tem energia, mas é supre fraca, porque é energia solar, porque é 110. E a água que bebemos vem do Rio Paraná, não tem saneamento básico nenhum, vem do rio sem hidratação nenhuma.

Não faço parte de nenhum movimento. Minha vivência coletiva na escola, por exemplo, onde eu convivo com mais três professores, minha vivência é tranquila, onde cada um ajuda todo mundo. Apesar da dificuldade que nós temos, temos que ir pro Rio pegar água, porque não temos água encanada. Tudo é mais difícil, a alimentação é mais difícil. A gente... às vezes quando vamos de moto pra lá, temos que atravessar o rio de canoa. A canoa em que atravessamos está praticamente acabada, está furada. É eles remando e eu tirando a água.

O espaço apesar de ser pequeno, é um quarto pra mim e o outro pra eles três que não homens. Eu não vou me sentir bem com homem dentro do quarto. Às vezes ajuda e as vezes atrapalha viver em coletivo, porque você não tem liberdade nenhuma. Tudo... Eu mesma, sempre gosto de ficar na minha. Aí você vê

uma coisa errada e não pode falar nada. Se fosse uma convivência, cada um tivesse seu espaço, teria mais privacidade, a gente não tem privacidade nenhuma. Ainda mais lá que é só eu de mulher, eu me sinto isolada, não tem ninguém pra conversar, porque homem é diferente de mulher. Já ajuda um pouco, porque as vezes está com dificuldade de alguma coisa, a gente pergunta, eles ajudam. Nessa parte aí é a parte melhor, mas o ruim é isso a gente não tem privacidade nenhuma. É só naquele quartinho ali, não tem outro canto, a cozinha a gente tem que repartir com a merendeira, não tem cozinha própria. É isso.

Já aqui na LEdoC, nós somos o que, 42 alunos. Eu nunca vivi com tanta gente assim. É como eu falei. O coletivo, sempre tem um que é mais autoritário. O que atrapalha no coletivo é que muitos não ajudam, a gente tem sempre reunião, CPP, essas coisas, a gente vai tentar fazer um coletivo é onde que muitos ignoram, são brutos, não sabe conversar. E também a liberdade, a gente não tem liberdade nenhuma, tem homem transitando na casa, tem de tudo... A vivência minha lá, graças a Deus eu tenho uma vivência boa com todos. Igual o grupo meu, do GO, a gente é muito unido. A gente procura estar perguntando, eu pergunto, eu gosto de brincar, mas não é todo mundo que gosta. A gente perde a liberdade e também não é todo mundo que aceita as mesmas opiniões. Eu já estou um pouco acostumada a mas em coletivo, mas minha vivência na casa, não tenho o que reclamar muito não. Tem os conflitos, que tudo existe, né. Até quando a gente mora com nossos pais tem conflitos, imagina morando com pessoas que a gente não conhece, né. Tem mais conflitos ainda, mas não é conflitos que a gente não possa resolver. Tudo pode resolver.

Minhas expectativas... é que daqui há 5 anos eu esteja formada e que eu possa lá na minha comunidade, porque... como eu sou contrato temporário, pode ser que eu não possa estar lá. Meu desejo é me formar, fazer um concurso e ser efetiva, quero ser professora, se eu puder ser na comunidade rural, que não seja lá, mas que seja em outra comunidade, mas que eu possa estar levando meus conhecimentos e ajudando aqueles que estão lá pra daqui uns anos eles estejam aqui fazendo a faculdade. E que implante o ensino médio lá na comunidade Kalunga, para que aqueles alunos que terminam o nono ano

estejam terminando o ensino médio na comunidade. Porque muitos não tem condições de ir pra cidade ou as vezes chegam na cidade, é outro ritmo e eles não dão conta de acompanhar aquele ritmo. Porque na cidade eles não vão estudar as coisas do campo, vão estudar as matrizes da cidade. E no campo já é outra matriz. A gente tem que trabalhar de acordo com o conhecimento deles. Se a gente for seguir a matriz curricular que passam pra gente, eles não dão conta, eles vão acabar desistindo.

Mas eu prefiro trabalhar na comunidade rural, apesar de ter que dividir o quarto... (Você teria filhos morando lá?) A gente não pode falar que não, né (risos). Eu acho que eu não queria. Mas não dá pra falar que não. Mas nós somos muitos que estamos aqui estudando. Quem sabe daqui há cinco anos ou mais já tenha professores formados, que possam estar lá trabalhando, que saiba... apesar de que nós que estamos lá dando aula, a gente sabe dar aula, entendeu. Mas agente tem poucos conhecimentos. Quem sabe daqui há cinco anos já tenha professor formado, aí a gente pode deixar nossos filhos lá, porque já tem profissional na área. Eu penso assim, agora que no momento é muito fraco.

**Bianca – Meu nome é S., nasci em 21 de Setembro de 1974,** no Paraná, somos três filhos. Morei com meus pais até os 18 anos. Depois, com 18 anos me casei, estava terminando o magistério, já estava grávida. No terceiro ano grávida, quarto ano já com uma bebê, então estudava de manhã e trabalhava a tarde. Fiz o concurso nessa época, trabalhei 3 anos, pedi afastamento, pra conhecer o Mato Grosso. A gente acabou vindo e ficamos... ficamos direto, nem voltei e pedi a conta. Porque a família do meu marido é daqui. Ficamos na cidade dois anos. Aí surgiu a oportunidade de ter um lote, num assentamento, através de sindicato, não foi invasão, foi desapropriação. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum. Meu marido ficou acampado seis meses, pra pressionar um pouquinho pra agilizar. Nessa época eu tinha um menino de 15 dias, por isso eu não fui. Eu fui morar mesmo quando meu menino já tinha um ano e dois meses e eu já estava grávida novamente. Passei a gravidez inteira lá, tinha atendimento médico, acabei vindo quando já estava em trabalho de parto. Essa localidade é bem longe, 150km da cidade.

Temos um lote de 40 hectares e só temos uma carta de ocupação. Já tem... 12 anos que moramos lá. Espero que saia logo a documentação, porque dificulta muito pra financiar. Nós recebemos o Pronaf, investimos em gado, acabamos vendendo, pra voltar a morar na cidade, porque meu marido é mecânico. Ele montou uma mecânica em sociedade, mas não deu certo, ele voltou pro sítio dois anos depois. Essa época foi bem difícil, porque... não vai divulgar, né? Porque ele teve envolvimento com drogas, aos 35 anos dele, a gente veio, acabou resgatando ele e voltando pro sítio que é o ponto seguro que a gente tem lá. Com três meninos pra cuidar, uma de 17, um menino de 13 e uma menina de 11.

Eu trabalho na escola desde de 2002, sou efetiva da escola, efetivei na escola no último concurso pra magistério. A vivência coletiva que eu tive foi que meu sogro montou uma casa grande no início onde várias famílias foram morar. Eram muitos adultos e muitas crianças vivendo. Nós convivemos ali durante seis meses, quatro famílias, depois ficamos mais dois anos em três famílias. Vivendo junto né, isso foi difícil né, porque cada um tem seus hábitos, um colabora, o outro não colabora e acaba dificultando um pouquinho. Mas foi uma experiência boa. Meus filhos conviveram desde pequeninhos com os avós, isso foi um ponto muito positivo. Nessa época eu passei por um período de depressão, mas eu não fazia um tratamento muito certinho, né. Num mês eu tomava (medicação), no outro mês eu ia no posto de saúde e acabava não tendo a mesma avaliação de outro profissional, não tinha uma avaliação contínua. E isso foi por muitos anos, então se tornou até meio que crônica essa depressão. Hoje eu trato ela com medicamento, todo dia tomo venlafaxina 75. Eu fiz tratamento com psiquiatra durante um ano e meio. Era pra ter continuado, mas pelo financeiro, parei, mas sempre que vejo necessidade eu volto ao consultório, faço uma nova avaliação.

A gente tem uns sonhos, de estar concluindo de repente o curso, estar ganhando um pouco mais, estar qualificada pra estar trabalhando. Porque mesmo se sentindo assim capaz, a qualificação faz falta. A gente se sente assim meio reduzido, porque o meu grupo, apesar de ser do interior os professores na maioria estão fazendo pós-graduação, né. Outros já terminaram, professores

muito experientes, então a gente acaba se sentindo um pouco diminuído por não ter formação. A partir do momento que tiver formação, não desde agora, já está melhorando a autoestima, daqui uns anos provavelmente melhora um pouquinho o salário, melhora a condição de vida. Nós temos uns projetos pra realizar no lote, hoje os dois trabalhamos fora pra sobreviver, então a gente não sobrevive da renda do lote. A gente não se organizou pra ter uma renda do lote... eu espero que dê certo o projeto da piscicultura, pra que a gente possa trabalhar, não precise sair tanto. E que possa manter os meninos próximos ali né, principalmente os meninos, o de 13, o de 11, porque a de 17 está terminado o ensino médio e já vai sair pra cursar a faculdade, né.

**Cláudio – Meu nome é J., nasci em 18 de Fevereiro de 1978.** Nasci em Sobral no Ceará, casei e vim embora pra cá pro Goiás. Meu objetivo sempre foi roça. A minha família é de roça. Lá no Ceará a gente tem engenho, alambique, mas depois que minha mãe morreu e meu pai casou de novo, quando eu tinha 16 anos, senti que lá não era mais meu lugar. Assim, a mulher dele é muito boa, cuidou bem dos meus irmãos, mas eu não me sentia mais em casa. Eu tinha sois irmão, mas meu pai teve mais. Aqui eu me juntei ao MST, porque a irmã da minha mulher era do MST e agora estamos esperando a demarcação das terras. A terra o Incra já comprou e colocou nós lá e nós estamos lá como se fosse ainda um acampamento. A gente não sabe onde plantar ainda. Assim, o MST é bom... mas ele não ajuda pra muita coisa. Quem está ajudando mais aqui é a UnB, que fala que é o MST, mas é a UnB. Pra ensinar a gente e mesmo pra conseguir as coisas.

A minha previsão é plantar. Tudo que for de vantagem pra gente utilizar, eu quero plantar. Pela expectativa deles, cada um vai plantar na sua terra. Eu não sei. Se eles quiserem formar um coletivo, uma parceria, eu posso apoiar eles. Agora se eles quiserem fazer individual eu vou fazer individual. O bom do coletivo é porque muita gente trabalhando tudo unida, tendo organização, é muito bom. Mas na maioria dos coletivos, as pessoas são desorganizadas, um trabalha, o outro não, uns fazem, outros não fazem. Eu trabalhava por muitos deles, que falavam que tinham que resolver um negócio, que não podia. E nós começamos a descontar, a descontar. Vamos supor que a gente fizesse um coletivo

que desse cem sacos de feijão. Nós éramos 4. Toca 25 sacos pra cada 1. Aí nós tirávamos o dia que ele não ia, de cada dia que ele não ia, a gente tirava 1 saco. E funcionava e não funcionava, porque ele não gostava. Ele falava: Ah, mas eu fiquei esse tempo todinho com vocês. E eu disse: ficou, mas não ficou. No dia em que a gente precisava, você não ficou. No final ele, tem o mesmo direito que eu que faço. Bom, eu, como estou falando, sou ponto pra trabalhar no coletivo a qualquer hora, mas tem deles que não quer, né. Não tem tempo. Eu não, eu tenho tempo, tenho disposição e sei mexer com um bocadinho de coisas.

Então eu não sei como funciona isso não, eu queria até sugerir isso, como funciona?

Eu tenho dois filhos. O que eu desejo deixar pra eles é o que eu vou fazer. Tudo que eu fizer – e Deus vai me ajudar, que eu vou fazer, que eu faço mesmo, só se Deus não quiser – é pra deixar pros meus filhos. Eu estou ensinando a eles, estou explicando pra eles como é que se faz, pra eles saberem continuar. Mas como não tem a terra demarcada ainda, pode ser que eu perca um bocadinho de muda, porque elas vão crescendo e não tem como, né. Se agora, se eles não dividir essas parcelas até Setembro, eu vou doar as mudas.

**Diana – Meu nome é E., nasci em 05 de Janeiro de 1991**, em uma cidadezinha no interior do Mato Grosso, com nome Porto Estrela. Onde portanto eu morava com minha família, a gente sofria muito porque era um local, é um local ruim de trabalho e onde também morava com meus irmãos, eu tenho mais quatro, uma irmã e três irmãos. Então surgiu a questão do MST, o trabalho de base, e seguimos rumo ao acampamento em Nova Olímpia, quando eu tinha cinco anos de idade. A escola lá não existia, então a gente tinha que ir estudar fora, o que era difícil, porque as peças olham torto pra você quando você é do Movimento. Então nesse processo passamos pelo acampamento, no qual sofremos muito com as lutas, tivemos as lutas e até então conseguimos a conquista do assentamento Antônio Conselheiro, onde temos nosso sítio de 12 hectares. Eu moro com a minha família lá, moramos todo mundo junto lá e produzimos. Então nós temos várias dificuldades pela falta de políticas públicas no campo, devido a isso nós temos diversas dificuldades lá. Eu estudo ainda, ain-

da faço um outro curso técnico em Agroecologia, portanto eu trabalho no sítio juntamente com meus pais, com a família. Mas eu não leciono, nunca lecionei. É a primeira vez que eu entro num curso em relação à educação.

Eu estou ligada ao movimento (MST), minhas atividades estão ligadas aos setores de produção e agora de educação, porque como estou participando como educanda da LEdoC, temos que desenvolver atividades no setor de educação estadual do MST de Mato Grosso, né.

Assim, em relação a essa coletividade, eu convivo desde criança, porque durante o processo de assentamento e acampamento e também em relação à militância do MST, nós pregamos isso em relação à coletividade. É uma coisa pra transformar, né. Como o MST visa a transformação social, a reforma agrária, a terra justamente. Nós temos isso que a coletividade é um paço importante pra acabar com o individualismo, né, que é um traço do capitalismo, que nós não queremos. É através dela que nós pensamos que seja ideal.

Nós temos muitas dificuldades quando se trata de coletividade, em relação ao individualismo. As pessoas estão acostumadas a viver pra elas somente, buscar pra elas as coisas, o individualismo é muito forte no capitalismo, então isso é um desafio quando você trata da coletividade. Aqui mesmo, no grupo dos educandos da LEdoC nós enfrentamos isso em relação à coletividade e à convivência de um ajudar o outro. São pessoas diferentes, visão diferente de mundo, personalidades diferentes, valores que trazem dessa sociedade, então isso afeta a coletividade. Mas é um grande passo pra que possamos fazer a mudança na sociedade.

Pergunta: E a vivência na coletividade atende às suas expectativas individuais?

Resposta: “Assim.. sim, quando... através da coletividade nós podemos realizar diversas atividades, a coletividade é um grande passo para que as coisas aconteçam... pra fazer uma luta... se todas as pessoas se unirem, com certeza melhoram as coisas”.

Pergunta: Mas e as suas expectativas, você é um indivíduo também?

Resposta: “A-hã.”

Pergunta: Suas expectativas, elas são atendidas? Ou a coletividade atrapalha um pouquinho, alguma coisa?

Resposta: “Não, assim, na coletividade, no grupo coletivo né, é, é... bem. Como assim?”

Pergunta: Da sua individualidade, existem expectativas individuais que você não consegue atender por ter que atender demandas da coletividade?

Resposta: “Não, assim, a gente tem que entender, então, são coisas assim, um processo de formação. Quando você, como eu disse, eu sempre fui, participei do MST, eu tenho 20 anos de idade e nesses 15 anos de Mato Grosso, do MST do Mato Grosso, então assim, eu já... quando chego nesses locais assim (dormitório coletivo da LEdoC), eu não estranho mais, entende? Quando as pessoas são formadas e elas pensam diferente, se acreditam na coletividade, tudo pode acontecer.”

Assim, a coletividade é um passo importante nas coisas, é claro que eu escolheria a coletividade, porque quando falamos em uma vida melhor, todo mundo junto, a coletividade é essencial, mas também nós temos que realizar realizações individuais como pessoa. Mas é claro que através da coletividade podemos organizar e fazer com que realizamos a nossa vontade, né. Sim, porque até mesmo já estamos pensando né. Já temos alguns projetos no assentamento, organizando cooperativas que sejam ligadas a isso, a grupos coletivos, é um passo importante. Estamos iniciando, né, mas é um processo.

**Elis – Eu sou L, nasci em 1982**, em Monte Alegre de Goiás. Morei com meus pais até os 15 anos, mas durante esse período eu as vezes, eu morava com outras famílias, passava uns três meses na cidade, afim de buscar um aprendizado maior. Eu tenho mais 7 irmão, nós somos 8 filhos. Minha mãe estudou até a quarta série, mas sempre quis que a gente estudasse. Eu lembro dela com o carrinho, vendendo lenha, fazendo serviços, pra poder comprar as coisas pra gente ir pra escola. A escola ficava 2km de casa, nós íamos a pé. Meu pai, que era sanfoneiro, tocava em festas, casamentos, sem cobrar, não gostava que os meninos trabalhassem na cozinha, mas nós (filhas) trabalhávamos na cozinha e na roça. Por isso nós trabalhávamos de segunda à segunda. Mas minha

mãe, sempre que meu pai não estava, colocava os meninos pra trabalhar na cozinha também.

É... hoje eu estou morando, estou ficando em Goiânia para estudar, porque eu estava fazendo um outro curso. Eu cursava direito, eu comecei em Formosa, aí eu transferi pra Goiânia, eu tive que mudar pra lá, aí eu transferi pra Católica. Aí no caso eu tive que interromper, porque dificuldade financeira pra pagar, porque meus pais não têm condições de ajudar. Eu interrompi duas vezes, aí eu fiquei um tempo na zona rural com meus pais e fui numa comunidade calunga, porque minha irmã dava aula lá. Aí a minha irmã me falou do vestibular pra Educação do Campo. Aí me chamou muita atenção a questão do campo. No Direito não é voltado pro Campo, não é voltado pro Campo, o Campo nem existe no direito. Eu estava sozinha, contra uma maioria, ninguém falava a minha língua, ninguém falava assim em fazer direito e voltar pro Campo. Era muito competitivo... Essa era a minha vontade, a minha meta e a Licenciatura de Educação do Campo fez com que eu não perdesse essa vontade, essa minha meta.

Eu nunca tive nenhuma relação com o MST, porque assim, agora que eu estou aprendendo aqui. Porque antes a gente pensava, vamos ficar longe deles, porque eles são baderneiros, fazem invasão.

A coletividade é assim, porque a gente se depara com muitos problemas, nós temos problemas, conhece os problemas dos colegas, a gente fica muito... Eu sou muito sentimental, então me afeta os problemas dos colegas, eu quero ajudar todo mundo, sabe, e as vezes a gente não consegue ajudar todo mundo. E a convivência é um pouco complicada, porque, pra mim é fácil, mas pra maioria não é, porque a maioria tá acostumada com essa vida de competitividade. Então é assim, é um querendo o melhor pra si, sem pensar no outro. Então meu objetivo não é esse, eu vejo muita dificuldade entre os meus colegas. Muitos estão acostumados a ter tudo separado, tudo reservado, né, tudo particular, então tem esses problemas.

Então assim, o que eu posso fazer eu vou tentando, passar meus conhecimentos. Vem da infância, porque eu já morei na casa de outras pessoas por necessidade, muitas coisas que a gente tem que aguentar, tem que ouvir muita coisa

calado. Eu já estou acostumada. Só que, devido a essa necessidade de estudo, de estudar fora, eu convivi com muitas pessoas egoístas, só que eu sempre tive na minha mente que isso não iria me afetar, que eu não iria mudar os valores que aprendi no interior, na zona rural. Graças a Deus não conseguiu mudar minha mente.

Eu quero trabalhar, daqui pra frente... Eu só estudo na cidade porque eu não tenho opção, mas toda a vez que eu vou lá pra minha mãe: mãe eu quero ficar aqui, mãe eu não quero voltar pra lá. Já não velho a hora, porque tem mais de dez anos que eu estou tentando voltar definitivo pra ficar lá, porque lá ainda não me oferece a estabilidade que eu preciso pra viver no campo. Lá no campo eu ainda não tenho a estrutura que eu preciso, porque as pessoas saem voltam e continua a mesma vida, mesma rotina. Eu quero viver lá, eu quero trabalhar... eu quero trabalhar orientando das pessoas, assim, na educação, tornar as pessoas educa...com valores morais, o verdadeiro sentido de família, que está acabando.

Então assim, eu quero viver lá. E questão assim da área do direito que me interessa. Porque muitas pessoas não conhecem os direitos, e são muito lesadas, como meu tio, que não recebeu a herança, porque assinou uns papéis que a davam por advogado. Eu não sabia do direito agrário, soube aqui... Então eu quero unir os dois, a educação e o direito. E compartilhar todo o meu conhecimento com as pessoas em geral. Porque Deus nos colocou aqui não é pra acumular riqueza, nós estamos aqui pra viver, pra trabalhar pra viver e não viver só pra trabalhar.

**Flora – Meu nome é E., nasci em 1989** no povoado Cana Brava, até hoje eu moro lá. Morei com os meus pais e minha irmã até os 19 anos, depois eu casei, tenho um filho. Nós somos 3 irmão. Moro com meu esposo e meu filho, Nunca lecionei. É, assim, cheguei aqui até o sindicato da minha cidade, que se empenha bastante pra estar... eu não sei, não sei o nome (do sindicato).

A vivência coletiva está sendo pra mim, não surpreendente, porque eu já tive momentos de coletividade, eu sou catequista. Eu fazia cursos em Formosa, agora eu parei porque eu estou aqui, inclusive lá vai ter um agora, quando eu chegar lá eu vou fazer. Aí então assim pra mim, não está sendo a experiência

porque eu já convivi com pessoas de vários lugares, então essa convivência me trouxe experiências pra eu trazer pra cá, né. Pra eu compreender a pessoa que eu estou vivendo e passar também pra elas a maneira que eu vivo, que eu sou, né. Sempre tem um colega que não se sente bem, que se afasta da turma. Mas com amor e carinho a gente consegue trazer ele para perto. Quanto mais tem pessoas que tentam se afastar de mim, mas eu me aproximo delas... Na minha casa sempre teve isso, a nossa família é muito grande, muito unida, a gente sempre viveu na coletividade.

Assim, eu procuro assim não levar tanto assim (expectativas individuais), porque tem gente que leva tão fundo, tão fundo, que não abre assim um momento pra bater um papo com alguém, falar de sua vida, o que acontece, o que aconteceu. Quando eu estou assim eu corro pra procurar alguém, porque eu não consigo.. e ainda tem meu pequenininho, aí alivia um pouco.

A minha meta é a coletividade sempre... Na minha casa sempre teve isso, a nossa família é muito grande, muito unida, a gente sempre viveu na coletividade. E assim, nós aprendemos assim, viver coletivamente, na minha família e na Igreja.

**Gabriela – Meu nome é L., nasci em 1991**, na cidade de Luziania, Goias. Eu moro com meus pais, tenho uma irmã... sim, quando eu estava... quando a gente era criança, a gente ia pra escola e a gente combinava de não contar como a gente vivia (no acampamento), porque a gente sabia que as pessoas iam falar: olha lá, olha as Sem Terra. Então a gente não falava. Há uns cinco anos atrás meus pais ficaram morando na fazenda e mandou eu e minha irmã pra ficar morando na cidade. Então, a gente ficou morando na cidade, meus pais ficaram na fazenda, mas a gente não perdeu o contato, porque a gente está sempre lá, né.

No nosso assentamento, a gente trabalha com o MST, né. Hoje o Movimento não está presente, assim não está muito mais forte no assentamento.

Assim, a coletividade... antes era muito boa, há um tempo atrás, o pessoal estava sempre muito junto pra ir nas manifestações, o que fosse preciso, o pessoal estava sempre reunido pro que der e vier. Por falta de... companheirismo,

por falta de confiança, por causa das lideranças, o pessoal não acredita mais, perdeu a confiança. Os líderes assim... não sei, a confiança que o pessoal depositava neles, eles desperdiçaram assim, enganando o pessoal. Deixou de correr atrás do que o pessoal sempre esperava, foi isso.

Hoje da maneira como está dentro do assentamento, não só a minha família, mas acho que uma boa parte das famílias lá prefere individual, prefere ficar sozinha. É lógico que assim, quando chega um benefício não tem como você ir lá e fazer você sozinho, de uma forma ou de outra, tem que estar no coletivo. Mas assim, o pessoal deixou de fazer boa parte das coisas e prefere fazer sozinho. Assim, acho assim... que é mais assim, boa vontade do pessoal se reunir e montar um novo coletivo, assim, uma coisa que dá certo, porque o pessoal meio que desanimou das coisas. Porque tudo que vai correr atrás sempre tem que escolher um líder aí fala: Ah, mas eu não vou mais acreditar em fulano, eu não vou mais cair nessa.

Pra falar a verdade, eu penso hoje, não vou mentir, como qualquer jovem do meu assentamento, do meu lugar pensa hoje, ninguém quer viver lá. Eu sinceramente, eu saí de lá há quatro anos. Eu, eu num... Eu gostaria de viver perto dos meus pais... onde a gente vive muito afastado hoje, isso trouxe uma separação muito ruim pra minha família, onde a gente é muito unido, assim pelos meus pais só tem nós duas de filhas, assim acho que afastou muito. Hoje eu pensaria muito... se fosse há um ano atrás, pelos acontecimentos que acontecem na vida da gente, eu não gostaria de viver lá, mas hoje assim, eu preferia estar perto dos meus pais, seja na roça ou na cidade. Porque assim, trouxe uma separação muito ruim e tanto eu, falo pela minha irmã também, nós duas sofremos muito com essa separação. Mas assim, a gente que procurar coisa melhor pra gente. Não é porque meu pai teve aquela vida, ele não deseja aquilo pra gente, né. E assim, onde a gente vive, a gente não vai encontrar nada de bom. Tanto é que eu e a minha irmã agente saiu de lá e assim, a gente quer procurar coisas boas, ajudar meu pai e minha mãe... Eu queria trazer meu pai pra perto de mim, mas o meu pai, ele não sai do campo, fora do campo ele não vive, não vive. A vida dele ali, levantar cedo, mexer com as coisas dele é a vida dele é aquilo ali. Então... a gente queria assim... procurar coisas boas. Pra

mim, eu não sei te responder com que eu queria estar trabalhando lógico que todo mundo quer trabalhar numa coisa boa, viver bem, entendeu. Eu não sei te responder com o que eu queria estar trabalhando, não sei te responder.

**Helena – Meu nome é S., nasci no ano de 1978** na cidade de Damianópolis, no Goiás. Moro com meu esposo, tenho dois filhos... ah tá... me perdi na leitura (das questões), estou sem meus óculos... Morei sempre com meus pais e 16 irmãos. São 15 mulheres e 1 homem, que minha mãe adotou, porque ele estava no hospital, com problemas, ele não ouve direito, tem problemas mentais. E meu pai, quando bebia dizia que só ele (filho adotivo) prestava, que nós éramos todas (xingamentos tipicamente misóginos), destruidoras do mundo. As vezes eu penso que eu e minhas irmãs tivemos poucos filhos, tem uma que ligou as trompas com um filho só, porque a gente sofreu muito sem ter o que comer, de frio a noite... Tem gente que diz: em panela que come um, come dez. Mas na verdade, não come, sobrevive. Até hoje eu, quando está muito frio a noite, eu vou ver se meus filhos estão cobertos, porque eu passei muito frio a noite, porque não tinha cobertor que desse pra todos naquela época. E como a escola era longe, o motorista de ônibus, quando passava e me via com o carrinho na estrada de chão dava três buzinas pra ver se a gente queria ajuda. Foi sofrido, mas a gente conseguiu. Mas a gente contou muito com a solidariedade de muitas pessoas, de pessoas, a gente tem que agradecer, de professores, que viam que a gente estava com fome a arrumava o que comer, que arrumava roupa pra gente.

Hoje eu moro no assentamento Vale da Esperança, com meu esposo e meus dois filhos. Sou merendeira. Quando a gente entrou no assentamento, eu entrei pelo MST, movimento MST, na época da invasão. Hoje eu não sei mais... de que movimento a gente ainda está, porque está uma coisa indefinida. A gente não sei mais que movimento está predominando dentro do assentamento. Associação né, só que as associações abriram uma briga muito grande entre si, atualmente a gente não está mais associado, porque enquanto elas não resolverem, não tem como. É, mas lá atualmente as associações fizeram foi dividir as pessoas, né. Porque antigamente montava lavoura junto, horta e com essas

brigas de associação, se um consegue o adubo o outro barra, pra não vir. Aí não está dando mais certo a coletividade, mas ainda assim existe, até o ano passado ainda teve lavoura comunitária.

Bom, é porque nas reuniões, eles brigam entre si, os líderes né, fica uma coisa muito chata, eu mesma, atualmente, eu não gosto de ir nas reuniões. Porque você ir ver um líder querendo esmurrar a cara do outro é um clima ruim. Não nem pra levar os filhos na reunião assim. Não tem como.

Se você vai trabalhar num coletivo você vai conseguir o adubo pra uma lavoura, aí você coloca o número de famílias que está necessitando, então vai vir aquela cota de adubo, vai plantar junto, dividir o serviço, as tarefas, vai colher junto e um serviço que um sozinho não iria dar conta, vai sair mais rápido.

Mas é difícil essa convivência sem ser da família, porque aqui mesmo (LEdoC). Essa semana mesmo foi muito difícil, tem gente que não sabe conviver, em vez de organizar, quer mandar nos outros. S. (um colega da LEdoC) era o responsável pelo café da manhã. O J. que nunca se atrasa, se atrasou esse dia. Então ele mandou retirar o café da manhã, para que o colega não comesse. Eu fui buscar o café pro colega e nós brigamos.

Bom, eu quero estar continuando, morando lá... só quero trocar de função, né, sair da cozinha (Selma é merendeira) e ir pra sala de aula, pegar uma sala de aula. E assim, melhorando meu salário poder pagar um curso pros meus filhos, porque eles estudam lá, né, e eu quero que eles formem lá. Mas assim, quando eles terminarem o curso deles, eles vão vir pra cidade, tentar um curso e eu quero ter a condição de manter eles, pagar o curso deles. Quanto eles terminarem a formação deles... para que um dia eles retornem e veja que é lá que eles foram criados. Que é muito gostoso a gente ir na casinha onde a gente foi criado, passou a infância, o pé de manga onde você subia... então assim, eu quero que eles retornem, nem que seja como visita, porque a gente não cria os filhos para gente, a gente cria pro mundo. Mas que eles possam retornar e saber onde eles foram criados e tiveram a infância deles.

**Iara – Meu nome é C., nasci em 85, no município de Rio Branco.** Uma cidadezinha pequena, onde morei com meus pais até os 8 anos, nesse local, aí

depois a partir disso... tenho 5 irmão, onde hoje são todos casados, só eu que moro mais próxima do meu pai. Hoje a gente mora num assentamento, Assentamento Roseli Nunes, que foi através do Movimento, do MST, que ficou, meus irmãos também todos moram lá, só que são casados, mas cada um tem o seu sítio, graças ao MST. Onde ficamos todos debaixo de lona, por 9 anos e já tem 9 anos que também estamos na terra, de assentamento. Eu era petiteira, só que eu tenho uma larga experiência, que eu fui pra cidade, porque eu casei, mas eu separei e voltei pro sítio, pro meu pai. Já tem seis anos que eu estou lá, com ele. Prefiro mil vezes o sítio, eu morei em Cárceres, no Mato Grosso, por 10 anos.

O meu pai era presidente do sindicato na época, então ele participava muito do movimento, ele participava, a gente morava lá na cidade, só que a participação era direta com os movimentos, com as invasões, os líderes iam lá pra casa, ficavam lá em casa, então a gente estava vivendo direto isso aí. O medo, a história de vida de toda a família, as mobilizações... eu era um grude com meu pais. Tinha gente que falava: N. não trás essa menina, ela é muito pequena. Mas eu não, eu ia em todas, em vez de ficar na barra da saia da minha mãe eu ficava na barra da calça do meu pai. Então eu conheço muito assim, como funcionava assim, igual todos que são dos movimentos colocaram assim, que é organizado, setor de saúde, setor de educação, tudinho entendeu. Eu sei não por estar morando lá, mas vivenciei de participação.

O coletivo nosso lá a ARPA, significa Associação Regional de Produtores Agroecológicos. Eu participo dela, meus pais também, a gente tem uma horta em que produz coletivamente. A dificuldade é a produção agroecológica, por falta... por o movimento... pelo assentamento estar rodeado de agronegócio, entendeu. Aí atrapalha muito a produção agroecológica, porque acaba extraviciando um colega que cansa de tentar, de tentar, entendeu, a produção. Só que isso não atrapalha também, porque a gente sabe que tem muitas formas, de vários tipos de produção, que é possível realmente produzir agroecológico.

Tem as discussões, mas é bem melhor trabalhar coletivo do que trabalhar individual. É mais fácil de conseguir as coisas, através de projetos, através de recursos, é bem melhor você ter uma organização pra buscar esse recurso do

que uma só, individual. Pra mim, igual aqui (LEdoC) a gente vivendo coletivo, pessoas de várias, de regiões bem diferentes... que nem lá, são pessoas da mesma região, que a gente conhece desde pequeno. Mas aqui o coletivo a gente pode ter estranhamento, mas eu já convivi com o coletivo e a gente tem a maneira de se lidar com isso, entendeu. Pra gente já é mais fácil, por estar sofrendo longe da família. Aí a gente sofre pelos colegas que não conseguem se adaptar à coletividade.

Assim, eu estaria morando onde eu estou, no sítio, no assentamento, trabalhando com a comunidade, como eu sempre trabalhei. Só que estaria trabalhando com um saber melhor, pra trazer melhorias pra comunidade.

**Joana – Meu nome é T., eu nasci em 1974, em Jangada, Mato Grosso.** Eu moro com meus pais até hoje, meus 4 irmãos já casaram. Eu me casei com 17 anos, tive minha filha com 18, daí eu tive meu segundo filho, que está com 8 meses hoje e que ficou com minha irmã, que está amamentando ele, porque ela também tem um bebê. E assim, hoje eu moro ainda com eles, né. Até porque eu trabalho lá no sítio. Tem cinco anos que eu trabalho na educação, eu já trabalhei pelo município, pelo estado. E porque eu sou apaixonada pela educação mesmo. A gente sempre lutou pra estudar, só que meus pais não tinham condição, meu marido também não tinha condição de me dar um estudo. Então essa é a primeira oportunidade que eu tive e eu acatei estou aqui também pra fazer a diferença na Educação do Campo, porque assim, geralmente a gente sofre assim tipos de exclusão, né, no campo, por ser do campo, né.. Então eu estou aqui pra buscar conhecimento não só pra mim, mas pelos meus alunos, pela minha comunidade e pela comunidade em que eu trabalho, né.

A convivência coletiva é muito bom, até porque, dentro da família nós trabalhamos muito o coletivo, sabe. Que a gente, tudo, de alimentos, tudo a gente divide. De três tomates, a gente divide meio para cada. A gente, a gente costumava, desde pequena, a gente costumava, a minha mãe criou a gente assim, se fosse uma balinha, ela quebrava com uma pedra e dava um pedacinho pra cada um. Então, eu acho isso muito importante. Eu não tive dificuldade de viver o coletivo aqui, até porque na minha família eu já tinha essa experiência de coletividade e não estranhei nada quando eu cheguei aqui.

E está sendo muito importante, tem gente de vários lugares, com, com concepção diferente, com histórias diferentes, está contribuindo um com o outro. Inclusive no meu trabalho, a gente faz muito trabalho coletivo, inclusive Kátia e eu já fomos colegas de trabalho e estamos aqui de novo nessa luta, né, que não vai ser fácil.

Eu assim, quero continuar no mesmo serviço, só assim com, justamente por isso que eu estou aqui, pra buscar melhoria. Eu não penso em mudar da minha comunidade, mudar de trabalho. Eu assim desde pequenininha minha mãe falava assim: Eu vou ser uma professora, eu vou ser uma professora (risos). Um dos sonhos meus foi isso e eu pretendo continuar.

**Katia – Meu nome é I. nasci na comunidade do quilombo, no ano de 74,** em Jangada. E nasci lá mesmo nessa comunidade, sempre morei lá, morei com meus pais. Meu pai teve 14 filhos, hoje são todos casados, já. É uma família bastante grande, numerosa. E... hoje eu sou casada, tenho 3 filhas, moro com meu esposo, ele também é professor, é pedagogo. Eu leciono há 3 anos. Foi difícil pra mim, eu trabalhei na roça minha infância inteira, fazendo farinha, tudo. E não tinha escola, só até a 4ª Série e parei, né. Aí, só vim concluir o ensino médio já depois de casada, depois que eu tive minha filha. Mas eu sempre tive aquela vontade, aquele desejo de estar sim no meio de criança, né. Eu gosto muito, sou apaixonada por criança. Eu fui lutando muito, assim que terminei o terceiro ano fui chamada pra dar aula. E estou assim, dando aula pro quarto ano das séries iniciais.

Eu sempre morei lá, sempre, nunca saí de lá. Nunca tive contato com movimentos sociais, a nossa terra é doação, é herança. Só que assim, devido à quantidade de filhos e meu pai tinha pouca terra, né. E aí foi dividindo né, pros filhos que foram casando, né. Então eu praticamente não tenho terra, só moro num lote mesmo, de meio hectare. É bem pequeno. Eu não produzo, porque eu não tenho como, eu tenho vontade, mas eu não tenho como. Porque é só eu e o meu marido, nossa renda é só essa então eu não tenho condições de comprar um pedaço.

Pra mim, a coletividade eu acho que é importantíssimo, porque sozinho a gente não consegue nada. Sozinho, se a gente não se organizar. Lá nós somos 23

famílias. Tanto é que eu estou sempre em frente lá, né, tem a igreja, a catequese, estamos tentando formar um grupo de mulheres. E tem sempre aqueles que querem atrapalhar, né, eu acho que eles não têm uma visão do que seria melhor. Eles acham que tudo é difícil, que nada vai conseguir. Então sempre tem aqueles que vai um dia, vai dois dias, depois se afasta e acaba atrapalhando aqueles que buscam alguma coisa.

Assim, eu não quero sair de lá não, porque eu sempre vivi lá, né. Ainda mais agora, eu sempre quis fazer uma faculdade, mas eu não tinha condição de pagar. Eu já tinha feito outras provas e não consegui e essa eu consegui e vou me enfiar de cabeça pra eu conseguir, dar continuidade na educação. Ah, mas os filhos, minha menina... Lá assim é muita dificuldade de emprego, trabalho em si até que tem, mas é difícil, não tem emprego, e o jovem não quer ficar, é difícil. Todo ano a gente perde uns 10, 8 jovens pra cidade que eles terminam o terceiro ano e não tem o que fazer. Minha filha está trabalhando em uma loja de cosméticos, em Cuiabá. Mas agente está vendo se consegue uma faculdade pra ela também.

**Luiz – O meu nome é C.R.S, no caso, nasci em 1957, em Cruzeiro do Oeste, no Paraná.** Morei com meus pais até os 16 anos, somos em 3 irmãos, né. Com 16 anos eu fui pra São Paulo. É... tipo assim, talvez, talvez não é isso, toda minha família ia pra lá trabalhar, todo mundo ia pra São Paulo, meus tios iam pra lá trabalhar, é uma tradição... aí queria trabalhar, mudar de vida, eu ia pra lá passear também quando eu era menor. Eu também fui, todo mundo vai lá trabalhar, eu também vou trabalhar. Mas aí eu senti, lá é complicado, eu fiquei um ano só, mas foi, fui um ano só e acho que não vai ter mais. Talvez só pra passear mesmo. Voltei pro Paraná, voltando pro Paraná eu acabei meu segundo grau, meu fundamental no caso. Com treze, catorze anos eu tinha parado (de estudar). Aí eu fiz o mini ginásio, naquele tempo era mini ginásio.

Fiz o mini ginásio e me alistei e fui pro exército. Passei... inclusive eu fui... faltava uns 30 dias, acho que uns 20 dias mais ou menos, pra eu sair com a primeira categoria, né. Eu fui excluído do exército... foi assim, eu já estava com um comportamento mau, que é por causa de algumas coisas que eu não acei-

tava. Eu não aceitava tipo assim, a pessoa está falando pra mim uma coisa que é errada, mas só porque é superior ele quer que você faça aquela coisa errada e eu não aceitava aquilo ali. Aí eu já peguei uns 30 dias de cadeia, depois mais uns 20. E fiquei no comportamento mau. Aí, por último eu fui ser amigo de um colega meu, no caso do exército né, guardar umas coisas pra ele que ele tinha roubado no hospital militar, entendeu? Aí guardei pra ele umas jaquetas, umas calças no meu armário. Aí teve uma revista geral, aí pegaram o meu armário. O que aconteceu, aí eu não quis falar que era ele. Aí tinha uns caras que gostavam mesmo de roubar as coisas lá, que já iam ser expulsos, eu fiz uma coisa muito errada, falei que tinham sido eles. Como ele já era culpado mesmo, eu joguei a culpa toda em cima dele. Mas o meu amigo, com sentimento de culpa, sem falar comigo, foi lá e falou que as coisas eram dele, se entregou. Mas o tenente do SU achou que eu que estava pressionado ele pra ele falar e as coisas complicaram mais ainda pra mim. Aí eu fui expulso e ele não foi. Eu fui o bode expiatório no caso, mas por erro meu mesmo, não foi erro dele. Me marcou muito, tentado ajudar uma pessoa. A gente não pode fazer, porque a pessoa tem cinco crimes nas costas, a gente não pode jogar todos nas costas dele.

Depois disso eu trabalhei por sete anos pro Estado. Mas eu enjoei de trabalhar assim todo dia, de bater cartão, saí. Então eu fui matar meu vício, jogador de baralho. Passei dois anos num cassino. Eu trabalhava a meia com o dono. Eu que tomava conta do cassino, e a metade era minha. Aí eu passei uns dois anos jogando baralho, aí matei minha vontade. Mas nesse meio tempo eu tive uma relação com a primeira mulher minha e ela ficou grávida. Como ela era amiga do meu pai, as famílias eram amigas, eu casei com ela. Foi pior, porque eu não queria casar com ela, apesar de gostar dela. Teria sido mais certo pagar uma pensão tudo, mas não casar, ela iria sofrer menos. Então eu disse pra ela que eu precisava ir pro garimpo. Ela tinha faculdade, emprego bom, disse que eu podia ficar, que ela pagava tudo, mas eu não quis. Eu disse que eu precisava ir.

Meu avô morava no Mato Grosso, ele faleceu já, ele me chamava pra ir pra lá, pro garimpo. E dizia que se eu não gostasse ele pagava a passagem de volta.

Não sei se você lembra da minha história de vida, na sala de aula, quando eu era pequenininho, eu fazia de tudo pra eu trabalhar e conseguir meu dinheiro, pra ir no cinema, pra chupar um sorvete, alguma coisa assim. Então eu vi um filme, eu não tinha nem dez anos, chamado O Ouro de Makena, e me vinha aquela lembrança do filme, dos homens que passavam a mão na parede e caía ouro. Eu tinha que ir no garimpo. Aí um amigo meu falou: não rapaz, tem um filão lá no Pé Quente, a gente vê o ouro nas pedras. Eu lembrei do filme e pensei que iria lá ver aquilo. Mas é muito diferente, no filme ele passava a mão na parede e o ouro caía. Mas não é bem assim, eu tenho vinte anos de garimpo e sei que não é assim.

Teve uma coisa que eu não te contei. Quando eu cheguei lá no garimpo em 90, passou um seis, oito meses, eu cruzei uma mulher. Ela era casada, mas ela se entusiasmou comigo, eu me entusiasmei com ela, ela largou do cara, né. E a gente ficou junto. Aí...ela tinha dois filhos pequenininhos, um de dois anos e outra menininha de uns sete meses. O menino da idade do que eu deixei no Paraná.. E eu tive mais três filhos com ela, aí ficaram cinco. O pai deles não tinha registrado eles, eu registrei todos eles no meu nome no caso e já fiquei com 5. Por vinte anos a gente foi casado, o ano passado a gente sentou e conversou, e não dava mais e somos amigos e a vida continua. Moro com um menino meu e a menina mais nova mora com a mãe.

Hoje eu moro no Mato Grosso, num, num, num garimpo no caso, né. É um garimpo, onde eu passei no caso dez anos trabalhando no garimpo e eu consegui uma terra. Hoje eu moro nessa terra no caso, né. Isso foi assim, foi ... como eu vou te falar... Não, não, não foi (através do MST ou de sindicato). O Incra passou por lá fazendo uma vistoria e tinha sobrado um restante de terra, esse restante de terra era mais ou menos seis lotes. Daí eu fui informado que esses lotes iriam ser passados pras pessoas que quisessem, né. Aí, a gente se ajuntou, seis garimpeiros no caso e.. e ocupamos. Tipo ocupação, né. No caso, no caso de mim, eu estou lá até hoje os outros venderam, já foram passados pra cinco, seis donos. Eu planto abacaxi, eu planto mandioca, eu só não sou chegado em gado. Eu gosto da floresta, eu gosto do rio. Também não gosto de pescar e de caçar. Gosto de comer, quando alguém mata lá, eu também gosto

de comer. Eu prefiro que os bichos ficam lá. Se um dia eu estiver com fome e um bicho estiver passando, bem facinho lá, eu vou querer comer ele. Mas eu não gosto de matar, eu prefiro outras coisas no caso.

Eu acho que pra mim não tem muita dificuldade no caso né, porque eu sou um cara assim, como que eu vou te falar, eu me acostumo com tudo. Não que eu seja acomodado, mas eu acho que assim... eu sou aquele cara assim, como que fala assim, que a música que tocar, eu danço. Desde que não seja mal pra mim, que não seja uma coisa que vá me prejudicar no caso. Aí eu não sou aquele que, eu não discordo muito, só se for me prejudicar, aí eu vou discordar, pode ter certeza. Então eu sou bonzinho, mas ao mesmo tempo não sou bonzinho. O coletivo não me atrapalha em nada, a gente não pode aprender só com o seu individual, tem que aprender a conviver com a diferença. Porque o mundo é um coletivo. O mundo não é uma coisa assim que é só meu ou só seu.

Eu soube do vestibular três dias antes e, sem planejar, estou aqui. Falaram que era tudo grátis, o que era importante pra mim, porque a situação está difícil. Assim, eu não sei se vou trabalhar com pedagogia, mas eu acho que tudo que a gente aprender é melhor. Se eu tiver uma formação é melhor pra mim e pras coisas que eu vou deixar pros meus filhos. Quanto mais a gente souber na vida é bom até por ego da gente... sim, autoestima.